



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DO CONCELHO DE ALIJÓ DO DIA VINTE E OITO DE FEVEREIRO DE
DOIS MIL E ONZE**

-----Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro de dois mil e onze, pelas 10:00 horas, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município reuniu a Assembleia Municipal de Alijó em sessão ordinária com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**UM** - *Exposição do Senhor Presidente da Câmara;* -----

-----**DOIS** – *Pedido de aprovação da 1.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2011;* ---

-----**TRÊS** – *Pedido de Apreciação do Relatório de Execução do Plano de Saneamento Financeiro;* -----

-----**QUATRO** – *Pedido de Adesão da Câmara Municipal como Associada na Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua e Aprovação dos Estatutos da referida Agência;* -----

-----**CINCO** – *Pedido de Aprovação do Regulamento de Abastecimento de Água ao Concelho.* --

-----**SEIS** – *Pedido de Aprovação da Alteração/Actualização do Mapa de Pessoal.* -----

-----Na ausência do Primeiro - Secretário, Sr. Humberto João Barbosa dos Santos, o **PRESIDENTE DA MESA**, Sr. Eng. João Manuel Gouveia da Costa convida o Membro Elias Martins Eiras a assumir o lugar. Assim inicia os Trabalhos acompanhado pela Segunda Secretária D. Maria Filomena Cunha Santos Nogueira e pelo Primeiro – Secretário Elias Martins Eiras. -----

-----Procedeu-se à chamada e verificou-se que faltaram por motivo justificado os seguintes -----

Membros: Humberto João Barbosa dos Santos, Carlos Filipe Mesquita Gomes e Laurindo Mondim Miranda. -----



MUNICÍPIO DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá conhecimento da correspondência recebida, nomeadamente da Junta de Freguesia de Sanfins do Douro, onde a sua Presidente não podendo estar presente nesta Sessão da Assembleia Municipal, se faz representar pelo seu Secretário Pedro Manuel Figueiredo Fernandes Pinto e ainda um Comunicado da Federação dos Bombeiros do Distrito de Vila Real, a propósito do Transporte de Doentes em Ambulância. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** coloca à discussão a Acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 17 de Dezembro de dois mil e dez e abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO ROGÉRIO LIMA:** Refere a página 44 da Acta, na antepenúltima linha da sua intervenção, onde se lê “acrescente”, deve ler-se “acresce”. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Indica que serão tomadas as devidas notas e coloca a votação a Acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 17 de Dezembro de 2010, sendo aprovada por maioria de votos, com 27 votos a favor e 03 abstenções. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA:** Dá início ao Período de *Antes da Ordem do Dia*, abrindo Período de Inscrições. Usaram da palavra os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO TAVEIRA:** Foca o lançamento da primeira pedra da Barragem do Tua, considerando que foi uma falta de respeito por parte da EDP, por parte do Sr. Primeiro – Ministro a maneira como o fizeram, porque deram a entender que “somos um bando de selvagens” que não eram dignos de assistir a uma cerimónia onde toda a população se pudesse exprimir/ manifestar ou pelo menos ver o lançamento da dita obra. Lembra que no dia a seguir a este acto, um familiar seu, que se encontra nos EUA lhe ligou a perguntar se a Barragem era no Rio Douro ou no Rio Tua, porque para quem acompanhou pela televisão, viram a imagem do Rio Douro; Durante o dia houve uma revolta por parte das pessoas, podendo o Sr. Presidente da Câmara não concordar com a sua intervenção, mas está apenas a representar o povo de S. Mamede e não forças Políticas, não concordando com a maneira como o fizeram; acrescentando ainda que o tratamento que tiveram enquanto convidados, também não foi o melhor. -----

-----**MEMBRO MIGUEL CARTAGENO:** Alerta para a falta de uma passadeira para peões, entre o Teatro Auditório Municipal e a Biblioteca Municipal. Foca o IC5, dando a sensação que a



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

intervenção dos Membros da Assembleia surtiu feitiço, pois após uma semana, estava aberto; Segundo o seu ponto de vista, para se fazer uma IC, estrada complementar, a mesma está demasiado estreita e mal traçada, assim como está mal colocada a placa a indicar “Murça”; acrescenta que apenas existem dois sítios para efectuar ultrapassagens, no entanto ambos são muito perigosos, sugerindo que devia haver uma terceira faixa. É do seu conhecimento que o Sr. Presidente da Câmara, não poderá fazer muito por esta situação, mas solicita que chame a atenção para este facto, pois quando vier o fluxo de Carrazeda, a situação irá revelar-se ainda mais complicada. -----

-----**MEMBRO MANUEL VILELA:** Coloca a questão da entrada entre Cheires e a Ponte de Sabrosa, onde numa das curvas está sem parede, junto ao alcatrão, há já algum tempo, pondo em risco a circulação dos camiões pesados, essencialmente quando começarem a carregar o vinho que possivelmente vão sair da Adega de Sanfins do Douro, atravessam para Sabrosa e entram na estrada rápida para Vila Real. Indica que andou também uma máquina a limpar a estrada, mas devia ter deixado pedra junto à beira da estrada, a fim de recuperar a dita parede, porque têm que aproveitar os recursos que têm. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO BARROS:** Inicia a sua intervenção abordando Museu do Pão e do Vinho, uma vez que foi feita uma candidatura ao QREN, a qual já foi aprovada há cerca de cinco meses, tendo questionado várias vezes o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Vereador responsável pelo Pelouro, os quais têm dito que o processo está andar, mas o tempo passa, os prazos estão a atingir o limite e não vê a obra a iniciar. Acrescenta que a população de Favaíós está ansiosa uma vez que o Museu esteve aberto numa fase experimental, dando sinais de ser um projecto com potencial e mais uma oferta cultural importante para o Concelho. Pretende assim saber qual o ponto da situação uma vez que o tempo escasseia e as coisas continuam paradas. Deixa ainda um alerta relativamente à estrada de Soutelinho que liga a Freguesia de Favaíós à Ponte da Ribeira, onde encontram uma zona em que a qualquer momento pode ruir o piso, sendo necessária a tomada de medidas urgentes. -----

-----**MEMBRO PEDRO PIMENTEL:** Questiona porque se encontra o Museu do Pão e do Vinho de Favaíós encerrado, uma vez que já foi pré inaugurado antes das Eleições Autárquicas, sendo esta uma situação triste e com muita pena que os habitantes da Freguesia de Favaíós, assim



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

como as pessoas tanto do Concelho de Alijó como de fora, não possam ter acesso ao dito Museu de Favaios. Solicita assim que o Sr. Presidente da Câmara informe em que ponto se encontra esta situação e quando é que o mesmo será novamente reaberto. Foca ainda a situação financeira da Autarquia, pois segundo pode ver, relativamente aos Pontos expressos na Exposição do Sr. Presidente da Câmara, quer na Assembleia Municipal anterior, quer nesta, o Município de Alijó tem uma dívida a fornecedores na ordem dos 8,4 milhões de euros; a dívida actual é de 47% no que respeita a fornecedores correntes e cerca de 53% no que respeita a fornecedores imobilizados, na altura era de 44% o primeiro e 56% o segundo. Questiona o Sr. Presidente da Câmara, qual é a dívida total neste momento, da Câmara Municipal de Alijó. -----

-----**MEMBRO ROGÉRIO LIMA:** Relembra a queda da ponte metálica sobre o Rio Tua no Amieiro, em 27/12/ 2002, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de então e de agora, desenvolveu várias diligências junto do poder central e da Autarquia para a construção de uma nova ponte. A população do Amieiro sabe que o Sr. Presidente da Câmara também se esforçou e desenvolveu diligências junto do Ministério do Ambiente, desde o Ministro Dr. Amílcar Teias, passando pelo Dr. Montes Correia, para que este Instituto pudesse participar financeiramente a Câmara, através da celebração do contrato – programa, desde que a Câmara reunisse as condições para promover e executar a obra, ou seja, a construção de uma nova ponte. Os Ministros do Ambiente envolvidos neste projecto foram passando e a obra não se realizou, ficando a população do Amieiro sem a ponte e desta forma, impedida de se deslocar para a margem esquerda do Rio Tua. Acresce que com o plano nacional da construção das sete barragens, onde inclui a Barragem do Foz Tua, que o CDS de Alijó sempre apoiou, ficaram com dúvidas relativamente à construção de uma nova ponte sobre o rio Tua no Amieiro. Em face destas dúvidas, pergunta ao Sr. Presidente da Câmara se a Câmara tem alguma alternativa para a mobilidade da população do Amieiro, designadamente para que a mesma se desloque à Freguesia de Pombal, na qual, várias pessoas do Amieiro têm propriedades agrícolas e não tendo a Câmara qualquer alternativa à ponte metálica, pergunta ainda se a Câmara terá para oferecer ao Amieiro e sua população, alguma compensação pela perda da ponte. -----

-----**MEMBRO FILOMENA NOGUEIRA:** Esclarece que a barragem é do Tua e não do Douro, considerando esta obra uma excelente mais-valia para Portugal, para o Distrito de Vila Real



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

e para o Concelho de Alijó, pois fixa cerca de 305 milhões de euros na Região, cria postos de trabalho e vai criar muito turismo quando estiver pronta. Dá os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara, a todo o seu Executivo e a todos os que se envolveram neste projecto; se este dinheiro não ficasse nesta Região, poderia ir para outra parte do País, sendo bom que fixem valores “na nossa terra”. Lembra ao Sr. Presidente da Câmara que a estrada de Cal de Bois, está na eminência de ruir, pedindo que não caia em esquecimento, porque pode acontecer uma tragédia, onde serão responsabilizados. Finaliza dando uma vez mais os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara pelo excelente trabalho que irá ser executado. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Deseja que os trabalhos decorram com normalidade, sem que os Membros da Assembleia abdicuem do seu direito de exprimir as suas vontades e os interesses das pessoas que representam. Refere o IC5, que tal como já foi dito, tem linhas contínuas em excesso, dificultando as ultrapassagens, obtendo como resposta dos técnicos que se trata de uma “via rápida”. Segundo o seu ponto de vista, aquela estrada não veio, em nada, ajudar a parte Norte do Concelho, antes pelo contrário, particularmente às Freguesias do Pópulo, da Ribalonga, de Pegarinhos e parte da Freguesia de Vila Chã, porque quem vem do IP4 e queira ir para qualquer uma das aldeias mencionadas, apenas tem duas alternativas: ou passa pelo centro do Pópulo, como passava há cinquenta anos, ou vem até à zona da Anta e volta para trás. Acrescenta que a estrada entre a Anta e Alijó tem seis quilómetros e é contemplada com seis acessos, servindo assim as populações vizinhas desse mesmo acesso; o outro acesso que num prolongamento de sete quilómetros, não tem um único acesso. Indica ainda que uma estrada que não tem acessos, não serve, de forma alguma, as populações por onde passa, sendo a Assembleia Municipal o local próprio onde estas situações têm que ser apresentadas e defendidas. Estranha que as populações lesadas não se movam no sentido de defender os seus interesses, porque se estavam isolados, mais isolados ficaram. Entende que a Assembleia Municipal devia aprovar uma Moção no sentido de que fosse ali criado um acesso, que apesar de poderem obter como resposta que “é muito difícil”, o acesso deveria ter sido planeado. Refere que o dito troço tem cinco passagens superiores e poderiam ter aproveitado uma delas para um acesso. Indica que se todos trabalharem, conseguem sempre fazer alguma coisa, mas não podem estar sempre dependentes dos tecnocratas de Lisboa a



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

planearem o que querem e que na realidade não serve as populações. Dirige-se ao Sr. Presidente da Câmara sugerindo que em conjunto lutem para que as populações beneficiem do acesso, o qual muito irá contribuir para o desenvolvimento daquela área do Concelho de Alijó. Na Estrada Municipal 582, entre a Chã e a Ponte de Monim, está em muito más condições de circulação, porque as Águas de Trás os Montes e Alto Douro, não correspondem com as suas obrigações, os quais mantêm a dita estrada em obra há mais de um ano e meio, num percurso de cerca de trezentos ou quatrocentos metros; se as empresas não são capazes de dar resposta às obras a que se candidatam, será melhor não se candidatarem porque depois sofre quem necessita de lá passar todos os dias, deteriorando os carros nos buracos existentes. Acrescenta que está ainda em causa a segurança dos cidadãos, uma vez que com o Inverno a situação se agrava. Frisa que não podem ser demasiado passivos porque aquela estrada é uma entrada a ponte que serve algumas populações e devem ser interventivos, no sentido de criarem melhores condições às pessoas, devendo estas questões serem discutidas na Assembleia Municipal. Foca ainda a estrada entre a Chã e Carlão, particularmente no percurso desde a rotunda da Chã até ao Aeródromo, está intransitável, com as valetas rebentadas devido à circulação de camiões, sendo assim necessário imputar as responsabilidades a quem provoca o desgaste nas estradas, ou seja, a situação é provocada pelos camiões do IC5. Desta forma a empresa responsável tem que ser contactada e informada de que têm que compor as estradas, porque segundo a sua experiência com situações anteriores, os empreiteiros dizem que compõem mas não o fazem, deixando as estradas danificadas e por isso deveriam ser alertados para as comporem. Frisa que as duas estradas mencionadas necessitam urgentemente de uma intervenção. Acrescenta que existe há cerca de um ano e meio uma obra em Carvalho e outra em Vila Chã, que não estão concluídas e qualquer delas tem regos com 40cm de profundidade no eixo da via; esclarece que em Carvalho é no acesso principal da aldeia e em Vila Chã é no “Cartão de Visitas” estando as populações já saturadas desta situação. -----

-----**MEMBRO FERNANDO QUINTAS:** Inicia a sua intervenção, informando que estranhou a forma como a primeira pedra da Barragem foi lançada e no que concerne à questão da Barragem, coloca as mesmas questões do Membro Rogério Lima, achando que a solução inicialmente prevista é impossível, visto que a Barragem vai impedir de construir a referida Ponte, no entanto ainda existe



MUNICÍPIO DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

um teleférico, o qual terá que ser retirado. Pergunta ao Sr. Presidente da Câmara se o Museu Temático, da Linha do Tua e do Rio, que estava previsto construir no Amieiro, se se mantém; foi anunciado pelo Sr. Presidente da EDP aquando do lançamento da pedra da Barragem de que iria ser construído um Museu, perguntando assim se será o dito Museu do Amieiro. Pergunta ainda ao Sr. Presidente da Câmara, se a Sociedade, cujos estatutos vão ser aprovados, será a responsável pelos financiamentos destas infra-estruturas ou como será o dinheiro aplicado, assim como os 3% da Barragem, para posteriormente poder informar a população do Amieiro. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos solicitados: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Relativamente à questão do lançamento da primeira pedra da Barragem do Tua e a organização do evento reforça que, a responsabilidade da organização foi exclusivamente da EDP, realçando que também se questionou sobre o *timing*, o método, o modo e o lugar, considerando importante, do ponto de vista simbólico, mas não deve ser isto que mais os deve preocupar, porque é o lançamento de uma primeira pedra e no que diz respeito ao domínio privado, são as próprias empresas, totalmente responsáveis pelo que fazem, não podendo ser o Governo ou a Autarquia a ser responsável pelas asneiras que as empresas privadas eventualmente adoptam no lançamento de uma primeira pedra de um empreendimento tão importante quanto este; do ponto de vista substantivo, considera absolutamente irrelevante porque o que é absolutamente relevante é o que ganham ou perdem com a construção da Barragem. Acrescenta que o Tua, tal como existe, existe há séculos, perguntando a todos os Membros presentes, particularmente às Juntas de Freguesia que vão beneficiar directamente e aos Municípios desta Barragem, o que ganharam até agora com a ausência da mesma, porque em termos de desenvolvimento regional não ganharam nada. Existe uma bela paisagem, uma linha extraordinária nessa mesma paisagem, mas para o desenvolvimento Regional, para reverter em termos de riqueza para as Freguesias, para o Concelho e para o Vale do Tua, até agora não ganharam nada, no entanto com a Barragem ganharam no imediato, desde logo trezentos e cinco milhões de investimento, quatro mil trabalhadores, durante cinco anos, tempo de construção da Barragem e vinte milhões de euros de investimento na Agência de Desenvolvimento Regional; esta é a contrapartida que a EDP é



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

obrigada a pagar à Região para a construção da Barragem. Indica que mais importante que o que acabou de mencionar, é que conseguiram pela primeira vez, na história da construção de Barragens em Portugal, um novo paradigma na construção destas Barragens, que vai fazer com que 3% do aproveitamento hidroelétrico do Foz Tua fique na Região e que paguem a Derrama também na Região, quando até esta data, a Derrama ia para Lisboa. Desta forma combatem o centralismo e procuraram criar riqueza na Região e aconteceu porque os cinco Autarcas do Vale do Tua se uniram e conseguiram reivindicar a inversão desta situação, dado que não estava na DIA e os 3% iam para o Instituto Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade; a união das cinco Câmaras, conseguiram esta alteração e esclarece que os vinte milhões de euros que vêm para a Região, para promover projectos pela Agência de Desenvolvimento Regional, concretizou-se da seguinte forma: dez milhões de euros são para garantir a contrapartida nacional de uma candidatura ao QREN, para implantar o sistema da mobilidade e das acessibilidades e os outros dez milhões de euros são para garantir um parque de natureza e biodiversidade que é a compensação pela ausência da linha, compensação pela perturbação ambiental, compensação por deixar de ter a beleza existente no Vale do Tua. Indica que não vão ganhar apenas no imediato, vai existir uma Agência de Desenvolvimento Regional que vai criar no Vale do Tua uma nova realidade, pela qual os Autarcas tiveram que lutar, em conjunto com a CCDRN, a qual os apoiou nesse desidrato, particularmente o Eng. Ricardo Magalhães, responsável pela Estrutura de Missão da Região Demarcada do Douro, para encomendarem estudos à QUARTENAIRE, a empresas especialistas em desenvolvimento Regional, informando que já em 2009 os Autarcas encomendaram este estudo à CEDRU e sem a Agência de Desenvolvimento Regional não tinham o instrumento necessário para garantir a gestão do Sistema de Mobilidade Multimodal e do Parque de Natureza. Informa ainda que têm um estudo, encomendado pelos Municípios e pago pela EDP, estudo esse que era uma das obrigações da DIA, onde dizia que se a EDP inundasse/eliminasse com a Barragem 10 ou 20km ou a totalidade da Linha do Tua, eles tinham que arranjar uma solução alternativa; esta solução não foi a que eles queriam, mas a que as Autarquias exigiram para lhe dar um *upgrad* turístico, o tal sistema multimodal, que foi muito bem apresentado no lançamento da primeira pedra e quem esteve atento, ficou sem qualquer espécie de dúvida, sobre este sistema. Do ponto de vista turístico, vai ser muito



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

melhor do que o sistema que actualmente existe, porque engloba o caminho-de-ferro, o funicular para subir o paredão da Barragem, engloba ainda barcos, ancoradouros feitos no Amieiro e no lado esquerdo da Barragem, ou seja, em todo o Concelho de Alijó. Indica ainda que o Sr. Presidente da Câmara de Carrazeda está triste porque chegou a afirmar que todos os investimentos estruturantes do espelho de água, estão do lado de Alijó e não do lado de Carrazeda. Frisa que o estudo foi pago pela EDP, onde se pode ler: “Estudos complementares de apoio à resposta da Declaração de Impacto Ambiental, aproveitamento hidroeléctrico Foz Tua”. Expressa que como Autarca teve muito orgulho e foi uma honra pertencer a este conjunto de Autarcas que conseguiu negociar esta situação, quer com a EDP quer com o Governo. Relativamente ao Amieiro, indica que depois da construção da Barragem, não há nem pode haver ponte, mas está neste estudo, na Declaração de Impacto Ambiental, dito por escrito, que vão retomar a passagem do Amieiro para Santa Luzia por teleférico e caberá à Agência de Desenvolvimento Regional e ao dinheiro para o Desenvolvimento Regional, concretizar essa ligação; está ainda expresso na Declaração de Impacto Ambiental que é necessário melhorar as acessibilidades internas e externas, usando para tal, as verbas que vão ser colocadas à disposição da respectiva Agência, são concretizar os projectos que estão previstos na DIA e no RECAP. Reafirma que conseguiram com esta negociação, garantir verbas fixas para a Agência de Desenvolvimento Regional, promover os projectos necessários à montagem de toda a estratégia do desenvolvimento integrado do Vale do Tua, tendo conseguido ainda para todo o Concelho e não apenas para o Vale, que a Derrama e os 3% que iam para Lisboa, fiquem no Concelho; o fundamental é que se traduz em criação de riqueza, criação de emprego, permite participar num estratégia de energias renováveis, que significa também diminuir o défice externo porque mais de 50% dele é feito à custa do petróleo e se tiverem aproveitamentos hidroeléctricos com energias renováveis, diminuem não apenas em termos ambientais as emissões de CO2 para a atmosfera, como diminuem ainda a dívida externa, aumentando indirectamente os rendimentos para o País. Indica que têm que aprovar a Agência de Desenvolvimento Regional e pô-la rapidamente a trabalhar para receber o dinheiro necessário e fazer os investimentos complementares. Relativamente à questão do Museu, estavam previstos vários pequenos núcleos museológicos relativamente a esta matéria, mas a EDP vai optar por fazer um só, no Tua, mas caberá ao



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Município, se entender que o dinheiro da Agência de Desenvolvimento Regional, deve ser usado nesse sentido, criar os que entenderem, em todo o território. Reforça ideia que a EDP não faz núcleos mas sim a Sede, na Estação do Tua, quando antigamente apenas apoiava núcleos e a sede cabia ao Município. No que diz respeito ao termalismo, a Agência de Desenvolvimento Regional, vai procurar fazer com que na Região fiquem dois pólos, na área do termalismo, um em Carlão e outro em Carrazeda de Ansiães, revertendo também para esta questão, os investimentos da Agência de Desenvolvimento Regional. No que diz respeito à passadeira para peões entre Teatro Auditório Municipal e a Biblioteca Municipal, indica que o Membro Miguel Cartageno tem toda a razão indo providenciar, no sentido de fazer essa marcação. Relativamente à questão do IC5 e deficiências apontadas, concorda que a sinalética deste não está correcta, precisa de ser corrigida e para quem desconhece o troço, poderia ocasionar alguma confusão, porque quem fosse de Alijó, chegava ao cruzamento e via IC5 Murça e depois Populo, Ribalonga e Pegarinhos, não sendo a sua leitura de imediato, admitindo que também só se apercebeu desta situação, aquando da inauguração. Informa que já solicitaram uma reunião às Estradas de Portugal, porque em Vila Real, o Eng. Jorge Machado, não tem a mínima competência, nem a mínima hipótese de tocar nesta matéria. Informa ainda que a resposta que lhe deram num primeiro contacto foi, no que diz respeito à sinalética, o IC5 em termos de Plano Rodoviário Nacional, está definido como um “IC” e assim sendo, em questões de largura, etc, está atrás do “IP”, constituindo um upgrade relativamente à Estrada Nacional; o “IC” tem medidas que são as que se verificam no IC5, mas este vai ter a faixa de lentos, mas naquela parte do Concelho, não há nenhum espaço com inclinação superior a sete graus, para obrigar a faixa de lentos. Dá o exemplo da chegada a Alijó, onde existe uma parte com faixa de lentos porque a descida tem uma inclinação superior a sete graus. Acrescenta que há um factor que os pode levar a pensar que o IC5 é mais estreito do que na realidade é, porque nesta primeira parte do traçado, os raíds de protecção estão colocados e no traçado para Alijó não tem; ao ter os raíds, afunila a visão, dando a sensação de que é mais apertado, no entanto tem as mesmas medidas. Relativamente ao ter traçado do Populo até Vila Chã, um outro nó a meio do percurso, tal como sugeriu o Membro António Fernandes, esta questão não será de fácil resolução, mas não será por não ser colocada que não será resolvida, assim como a sinalética. No que concerne à sinalética, esta



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

existe, mas está tapada porque futuramente não vão ligar ao IP mas à A4, tendo pedido que, enquanto não há a ligação definitiva à A4, porque não sabem o tempo que pode demorar, que por cima do painel que está tapado, coloquem como situação transitória, um autocolante com “IP4”; acrescenta que não podem retirar a placa “IC5 Murça” porque está definida com as regras do Plano Rodoviário Nacional, como sendo a ligação entre Mirandela e Murça porque é o Concelho mais perto, em termos de fim do traçado do IC5. Ainda relativamente ao IC5, este era um desejo antigo, sendo uma boa obra e podendo ser melhorada ao nível da sinalética e ao nível de um melhor serviço às Freguesias da Zona Norte. Lembra que lhe foi dito que o IC5 não é para ligar Freguesias do Concelho, tendo contra argumentado que se puderem fazê-lo seria benéfico. Segundo o seu ponto de vista, a sinalética é de fácil resolução, conseguirem entre Populo e Vila Chã, a colocação de um outro nó, que acabe por servir aquela zona intermédia, tem mais dúvidas, no entanto não significa que não tentem esta alteração. No que concerne à questão colocada pelo Membro Vilela, estrada entre Cheires e Ponte de Sabrosa, esclarece que esta estrada é da responsabilidade do Município, após a ponte da Ribeira a responsabilidade é de Sabrosa, no entanto a ponte, em si, é da responsabilidade da ARH. Esclarece que já tinham detectado esta questão e vão procurar resolver entre os dois Municípios, na tentativa de encontrar uma solução. No que concerne à estrada entre Soutelinho e Ponte da Ribeira, assim como a estrada atrás focada, resultaram de um fortíssimo investimento da Câmara com uma candidatura, nessa altura foram muito bem construídas, tendo-se mantido inalteráveis e começaram a ter problemas quando alguns agricultores começaram a querer, por dentro, a plantar as próprias videiras em cima da estrada, começando assim a descalçar essas mesmas estradas, informação que lhe foi transmitida pelas auditorias, porque foi uma candidatura a Fundos Comunitários; acrescenta que quem faz a sustentação das terras, não é quem faz a estrada, são os donos das quintas e dos terrenos; acrescenta que uma coisa, é o muro que têm que fazer, para sustentar a estrada, que é da responsabilidade de quem constrói a estrada, outra coisa, são as terras que estão por baixo da estrada e que as pessoas, sem cuidado, vão escavando. Acrescenta ainda que se acontecer um acidente, terão que ver de quem é a responsabilidade, porque tanto pode ser da Autarquia, como pode ser do particular. Esclarece que não está a eximir-se à responsabilidade de tentar resolver o assunto, porque estão a tentar resolver esta questão, mas vão atribuir as



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Jorge
12
facu

responsabilidades a quem de direito, ou seja, o que for da responsabilidades da Autarquia compor, irão compor, o que for da responsabilidade dos particulares, terão estes que compôr também; com o novo acesso a Sabrosa, as ditas estradas estão a ter ainda mais procura, nomeadamente do trânsito pesado, no entanto elas também não foram feitas para esse fim e não são estradas nacionais. Indica que a Sra. Presidente de Junta não poderia dar resposta a esta situação porque só pode ser feito por duas entidades, ou a Autarquia Câmara Municipal ou os próprios particulares, ou seja, quem tem responsabilidade sobre a estrada e sobre aquilo que falta repor na estrada. No que concerne à questão do Museu do Pão e do Vinho, esclarece que este sofreu um problema do qual não são responsáveis, porque quando abrem concursos, as obras são adjudicadas e entregues a um qualquer empreiteiro, não são conhecedores da sua verdadeira situação financeira. Lembra que o empreiteiro que na altura ganhou a obra, era muito conceituado, uma empresa perfeitamente sólida mas faliu; quando se aperceberam que ele ia falir, com quinze dias de antecedência, fecharam a obra conforme ela estava porque se deixassem que o mesmo falisse, sem fechar a obra, em termos de Fundos Comunitários, com a CCDRN e com o PO Regional, tinham que devolver todo o dinheiro que tinham recebido até aquela data para a obra; de acordo com a CCDRN e de acordo com o empreiteiro, fecharam a obra. Esclarece então que na obra Aldeia Vinhateira de Favaios, há coisas que deviam ter sido feitas e que não foram, o que levou a que a obra fosse recandidatada para concluir o que não tinha sido feito na primeira fase. Dirige-se ao Membro Pedro Pimentel afirmando que não fizeram nenhuma pré inauguração nem inauguração do Museu, teve uma utilização propositadamente feita pela Câmara para fundamentarem e justificarem a segunda candidatura que fizeram do Museu aos Fundos Comunitários, porque não o podiam fazer, se não mostrassem que a Vila de Favaios, a Autarquia de Alijó, sabiam o que queriam fazer com aquele espaço, e tinham dinâmica cultural para o mobilizar, porque a CCDRN queria acabar ali o Projecto “Núcleo Museu de Favaios do Pão e do Vinho”. Acrescenta que por isso mesmo convidaram para estarem presentes nesses eventos: o Sr. Presidente do Turismo do Douro, o Sr. Director do Museu do Douro, para não perderem a justificação dessa mesma candidatura; na memória descritiva da justificação dessa mesma candidatura, está expressa a referência a esses eventos e que a Câmara de Alijó tem dinâmica e vai continuar a ter para dinamizar aquele espaço. Informa que depois de



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Daslumbrente Património Natural

apresentarem a candidatura, não podiam continuar a utiliza-lo de forma informal, porque foi o que fizeram anteriormente, assim, tinham que parar, para poder fazer a candidatura, para ser aprovada e para fazerem obras, porque falta a climatização, a questão eléctrica e de equipamento, ou seja, falta um conjunto de obras, sem as quais não há Museu. Na sequência desta atitude, a recandidatura foi aceite e vai rapidamente entrar em obra, para concluir o que falta e o Museu funcionar como todos pretendem. Relativamente à dívida focada pelo Membro Pedro Pimentel, esclarece que a dívida presente na Informação, é sempre a referente aos encargos assumidos, facturados e ainda não pagos, à data da mesma, não podendo coincidir com a totalidade dos comprometimentos já assumidos pela Autarquia. Há um conjunto de matérias que já estão comprometidas mas ainda não estão facturadas, que não podem constar do documento, pois a cada momento, há novos compromissos, que ainda não estão reflectidos no dito documento. Indica que no final da presente Reunião, podem verificar junto da Contabilidade, o conjunto de compromissos assumidos, facturados e ainda não pagos, até à data. No entanto, aquilo a que se reporta a informação, obrigação estatuída na Lei do próprio Presidente da Câmara, reporta-se a um determinado espaço de tempo e não a outras situações que se encontram a decorrer. Refere que não seria 8,4 milhões, se já tivessem recebido um milhão e meio do Pólo Escolar, de pedidos de pagamento, já efectuados e confirmados, que estão no IFDR mas ainda não receberam, apesar dos autos de medição já terem sido feitos, foram fiscalizados ao nível da CCDRN e foi considerado que estava tudo bem, assim como no âmbito da CIMDOURO, mas o processo ainda está em Lisboa. Dá ainda o exemplo da Revidouro, da qual ainda não receberam qualquer quantia, tendo sido feita recentemente uma reunião para acertarem o que lhes devem, presumindo que o processo esteja fechado. No que concerne ao nível das estradas e das obras da Câmara já iniciadas e que estão paradas, esclarecendo que depende bem mais dos empreiteiros que ganharam o concurso dessas mesmas estradas, do que propriamente da Autarquia, mas estão a envidar todos os esforços para que eles retomem as obras e as concluem; refere-se concretamente às obras, para além das já referidas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã, a Zona de Lazer de Alijó, a Rua Francisco Artur Martins, o Mercado Municipal (que ainda nem iniciou), assim como podia acrescentar mais um conjunto de obras no âmbito do saneamento e do ambiente por todo o Concelho. Os empreiteiros ainda não concluíram as referidas obras porque antes os



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

[Handwritten signature]
14

empregadores tinham folga financeira e mesmo quando a não tinham, os bancos garantiam-lhe o adiantamento da verba para concluir as obras, mas agora, a esmagadora maioria deles, nem tem folga financeira, nem tem bancos que previamente os financiem. Desta forma vão trabalhando em função dos Autos de Medição e pagamentos que a Câmara lhes faz; se relativamente a essas obras o IFDR e os Fundos Comunitários não pagam os pedidos de pagamento que já lá estão, a Câmara não tendo esse dinheiro, não lhes pode dar, o que leva a que parem as obras. No Pólo Escolar não se verificou esta situação porque para além de terem feito pressão sobre o empregador, este tem a dita folga e está já na parte final da obra; o já referido milhão e meio de euros é para este empregador, porque é um fundo FEDER, da União Europeia. Pergunta como podem as Câmaras, com as dificuldades financeiras actuais, fazer “o milagre da multiplicação das verbas” quando elas nem sequer chegam a entrar na Autarquia e desde Outubro de 2010 têm menos 55 mil euros/mês e para estes anos têm menos 4,2 milhões euros/ano. Indica que só existe uma hipótese de resolverem estes problemas, pressionando a nível central, agora com base no acordo que foi assinado entre a Associação de Municípios e o Governo parece que vão libertar mais rapidamente as verbas; no que diz respeito às obras que não são financiadas por Fundos Comunitários, quando vierem as outras verbas, já podem libertar verbas da Autarquia e darem aos empregadores para concluir as obras. Acrescenta que enquanto não concluir estas obras a Autarquia não fará candidaturas a mais obra nenhuma e não avançará com obras novas, sendo absolutamente necessário que as obras se concluam. Relativamente a muitas das obras, são problemas criados pela empresa Trás os Montes e Alto Douro, tal como referiu o Membro António Fernandes, no entanto estão atentos para os obrigar a cumprir as responsabilidades; a dita empresa está inclusive a levantar os pavimentos sem informar a Autarquia, começam uma obra, adjudicam o empregador, começam a fazer a obra sem informarem a Câmara, fazendo ainda o saneamento e deixam casas sem ligação ao ramal; a Câmara tinha que voltar a escavar, significando que, na lógica deles, fazem isso, e não são obrigados a fazer mais nada, sendo então a Câmara obrigada a pavimentar, levantar o pavimento novamente para fazer a ligação e repavimentar. Informa que estão junto das populações, na companhia dos Srs. Presidentes de Junta, a tentar impedir esta situação e minorar os estragos. -----



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

15
[Handwritten signature]

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Apelando ao poder de síntese dos Membros, abre segunda ronda de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO FILOMENA NOGUEIRA:** Informa que concorda e defende que haja um acesso ao IC5 na zona Norte, localizado entre Carvalho e Cal de Bois, pois serviria a Freguesia de Carvalho, de Pegarinhos, do Pópulo e Ribalonga; apesar de Pópulo ter uma entrada no IC5, é necessária uma outra entrada na Zona de Cal de Bois, porque são cerca de cinco quilómetros até à dita entrada. Afirma que uma pessoa residente em Cal de Bois para usar o IC5 e vir até Alijó, não justifica minimamente pois os dez quilómetros dispendidos no percurso chegam a Alijó. Acrescenta que apesar das pessoas argumentarem que o IC5 é para ligar Concelhos, têm que ter em atenção que lidam mais de perto com o povo, com as populações e são os Srs. Presidentes de Junta que os ouvem diariamente, frisando que o acesso é absolutamente necessário na referida zona. Informa ainda que os camiões dos empreiteiros do IC5 estragaram os caminhos e não os compõem, deixando-os mal tratados. Comunica que gostava de se juntar com outros Srs. Presidentes de Junta, para assim poderem exigir que pelo menos consertem o que estragaram. Indica ainda que à semelhança do que aconteceu na Barragem do Tua, gostava que a curto prazo, o Sr. Primeiro – Ministro de Portugal, tivesse oportunidade de vir ao Pópulo colocar a primeira pedra na Zona Industrial, onde também criaria postos de trabalho e Derrama para o Concelho. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO TAVEIRA:** Refere que ou se exprimiu mal, ou o Sr. Presidente da Câmara o percebeu mal, porque a sua crítica é feita à EDP e ao Sr. Primeiro – Ministro e a cerimónia deveria ter sido feita em lugar público. Acrescenta que toda a intervenção do Sr. Presidente da Câmara é verdadeira, no entanto era bom que a população ouvisse isso, quer do Sr. Primeiro – Ministro, quer do Sr. Director da EDP. A sua crítica vai expressamente para a forma como a cerimónia foi realizada. -----

-----**MEMBRO FERNANDO QUINTAS:** Indica que após os esclarecimentos do Sr. Presidente da Câmara, às questões por si colocadas, ficou um pouco desiludido no que concerne ao Museu, porque numa visita que um Sr. Eng. da EDP fez ao Amieiro, quis saber onde pretendiam construir o Museu, tendo indicado a escola por ser uma antiga inspiração da população do Amieiro, em transformá-la em apoio ao turismo; ficaria ainda favorecido porque possivelmente o cais fluvial



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

ficará naquela zona, onde já se deslocaram os engenheiros da EDP fazendo traçado para o dito cais. Frisa que gostariam muito que as Autarquias Câmara e Junta de Freguesia transformassem o dito edifício em algo de apoio ao turismo. No que concerne ao acesso da estrada, lembra que as piores estradas do Concelho, são as que servem a Freguesia do Amieiro, referindo ainda que o temporal provocou alguns buracos, tendo sido apenas tapado um buraco em Safres e não se deslocaram até ao Amieiro para tapar os restantes buracos, tendo alertado já a Câmara para esta situação; na estrada entre o Amieiro e Franzilhal, existem duas derrocadas, tendo alertado também o Sr. Eng. para esta questão, no entanto continua por resolver e como muitos dos camiões que vão para o Franzilhal, passam pelo Amieiro, pode haver um acidente num local já assinalado. Foca anda a mini – ETAR do Amieiro que desde início, ainda não estavam os serviços concluídos e após uma trovoada, caiu um paredão, o qual continua por compor. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Indica que com todas as intervenções dos seus colegas Presidentes de Junta, não concorda relativamente à colocação das primeiras pedras, pois não se importa que vão pôr as primeiras pedras na Freguesia do Pópulo e depois façam a obra na Freguesia de Vila Chã. No que concerne ao IC5 e tendo em conta as explicações do Sr. Presidente da Câmara, afirma que, prefere lutar toda a vida, mesmo não conseguindo, ficando com a consciência tranquila de que fez tudo que podia para alcançar um objectivo. Indica ainda que a Assembleia Municipal tem conhecimento que o projecto inicial da Variante de Alijó contemplava dois lanços: um, Alijó/Anta e outro Anta/Pópulo; acrescenta que foi argumentado de que só iriam construir o primeiro lanço e o segundo não iria ser construído porque o IC5 iria sobrepor-se ou ficar paralelo ao segundo lanço, logo não se justificaria, o que concorda plenamente, porque o IC5 substituí o segundo lanço da Variante. No entanto, o IC5 não substituí de forma alguma a Variante, porque esta última tem seis acessos e o IC5 não tem nenhum e desta forma não poderá nunca substituir a Variante. Refere que foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara que o IC5 é para servir Concelhos, mas têm que tem em atenção que há Concelhos com dois ou três acessos, logo, segundo o seu ponto de vista, este argumento fica sem valor, porque se pode ter dois, também pode ter três. Solicita ao Sr. Presidente da Câmara, quando for negociar com os “Srs. de Lisboa”, que se faça acompanhar de um Sr. Presidente de Junta de uma das Freguesias que enunciaram, para assim



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

também ouvirem quem vive no dia-a-dia com o povo, esperando que os mesmos sejam sensíveis a esta questão. Demonstra toda a sua disponibilidade, para acompanhar o Sr. Presidente da Câmara, sugerindo até, se possível que se desloquem os quatro Srs. Presidente de Junta. Pretende deixar bem claro perante a Assembleia Municipal, que não foi o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã que escolheu os empreiteiros e sendo culpa deles, têm as obras paradas, sofrendo a população com esta situação. Expressa que o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã nunca em circunstância alguma influenciou ou insinuou que queria o empreiteiro A ou B e em nome do sofrimento daquelas pessoas porque as estradas estão todas esburacadas. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, a fim de prestar esclarecimentos solicitados: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** No que diz respeito à mini ETAR/ fossa do Amieiro, indica que o Sr. Vice-Presidente irá dar resposta é um dossier que tem a ver com as suas competências. Relativamente à Zona Industrial, questão colocada pelo Membro Filomena Nogueira, faz suas as palavras desta, pois também gostaria que tal acontecesse. Independentemente como corresse o lançamento; no que diz respeito ao IC5 e sugestões lançadas frisa que não tem nada contra elas, antes pelo contrário e quando lhes for permitida uma audiência, a qual irá uma vez mais reforçar, poderá ser que assim se convençam mais das ditas alterações. Acrescenta que continua com a sua convicção e aquilo que disse, é aquilo em que acredita, pois devem fazer tudo que esteja ao seu alcance, alertando que devem ter expectativas baixas, porque pessoalmente não acredita que depois de inaugurada a obra, voltem atrás, no entanto vão tentar. No que diz respeito à questão da EDP e do Sr. Primeiro – Ministro, embora compreenda a intervenção do Membro António Taveira e achando que houve uma falha, considera mais relevante o resto e entende que está na altura de puxarem pelas coisas positivas quer no Concelho, quer no País, porque se andarem sempre à procura das coisas que correm mal, não andam para frente, mas para trás. No que diz respeito ao Museu, mais concretamente ao Amieiro, relembra que numa fase inicial pretendiam fazer pequenos museus localizado pelo território, recuperando inclusive casas que já pertenciam ao Município, tal como a já referida no Amieiro, entre outras, com escolas primárias. No entanto entenderam que era necessário algo de mais substantivo, mas os espaços que existem e o fim que lhes quiserem dar,



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

quer seja museu ou apoio ao turismo, está nas mãos da Autarquia/Junta e através da Agência de Desenvolvimento Regional, irão receber verbas, para os potenciar; Interessa que lhes dêem os meios financeiros para as fazerem como entenderem. No que diz respeito às estradas que não estão bem no Concelho de Alijó, indica que se puderem ter dinheiros de Fundos Comunitários, da Agência, para fazer os acessos, não necessitam de sacrificar o erário da Câmara que comprovadamente não tem capacidade para o fazer; acrescenta que outra questão é os buracos e os “remendos”, os quais concorda que têm que ser compostos, evitando que se deterioreem ainda mais. No que diz respeito à questão de falar com os Srs. do IC5, para comporem as estradas, indica que eles são obrigados a repor o pavimento tal qual ele estava antes de eles o utilizarem, pois o pavimento é deteriorado pelos camiões. Solicita a ajuda dos Srs. Presidentes de Junta no sentido de fazerem o levantamento e o Executivo pressiona os responsáveis da empresa/IC5 para o fazerem. Acrescenta que o argumento que eles utilizam com todos os Srs. Presidentes de Junta é que não adianta comporem agora porque vão continuar a passar lá e estragarão ainda mais, mas depois repõem o que estava inicialmente. Solicita que fotografem, de preferência todas as semanas, as estradas antes, durante e depois, para verem o evoluir da deterioração. Indica que o argumento por eles utilizado, é válido, porque vão continuar a passar por lá, remendam e com a passagem dos camiões pesados, vão continuar a estragar o piso, concordando que seja então feito na fase final. ----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** dá início à Ordem de Trabalhos, introduzindo o *Ponto Um* ” *Exposição do Senhor Presidente da Câmara*” (transcreve-se na íntegra a exposição escrita que foi distribuída aos Srs. Deputados Municipais e cujo teor é o que se segue). **EXPOSIÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** Cumprindo o estipulado na alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, apresenta-se de seguida uma informação escrita sobre a situação financeira da Autarquia e sobre a actividade do Município respeitante aos meses de Dezembro de 2010 (segunda quinzena), Janeiro e Fevereiro de 2011 (primeira quinzena). **1 – Situação Financeira da Autarquia:** À data da presente informação, o Município de Alijó, tem uma dívida a fornecedores, na ordem dos 8,4 milhões de euros. Da dívida actual, 47% respeita a fornecedores correntes, e cerca de 53% respeita a fornecedores de imobilizado (investimento). De salientar que a execução do plano de saneamento financeiro, aprovado por esta Assembleia Municipal, não se encontra executado a



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

[Handwritten signature]
19

100%, estando em depósitos à ordem o valor referente ao montante ainda não pago, que é aproximadamente €370.000,00. Relativamente aos empréstimos bancários, estes são pagos de acordo com as cláusulas contratuais. No que respeita a dívida a entidades financeiras, resultantes de acordos de pagamento entre o Município e os empreiteiros, provenientes de acordos de factoring celebrados pelos empreiteiros, está a ser paga mensalmente de acordo com os planos de pagamento. **2 – Actividade do Município: a – Actividade administrativa e de prestação de serviços:** Durante o período ora em apreço mantiveram-se abertos e em pleno funcionamento, os gabinetes e serviços desta Autarquia para tanto vocacionados, prestando o normal atendimento aos munícipes, esclarecendo as dúvidas surgidas, instaurando, tramitando e concluindo os processos que lhes estão afectos, encaminhando os cidadãos para os serviços respectivos, deferindo ou indeferindo autorizações e/ou licenciamentos, tudo dentro dos parâmetros definidos por Lei. **b – Actividade cultural e desportiva: a – Actividade cultural: Biblioteca Municipal**

<u>Mês</u>	<u>Leitores inscritos</u>	<u>Livros requisitados</u>
Dezembro	3	441
Janeiro	18	679
Fevereiro	0	190

Biblioteca Itinerante

<u>Mês</u>	<u>Livros requisitados</u>
Dezembro*	-
Janeiro	796
Fevereiro	70

* Não saiu

Actividades Realizadas: · “Nós Vamos Lá!”, Leitura ao Domicílio. · “Olho Vivo, Orelha Fita...” · “A Saquinha da Flor”. Auditório Municipal - Acções Pagas

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signature and date:
20

Título	Tipo	Sessões	Espectadores	Mês
Sempre Que te Vejo	Filme	2	27	Dezembro
Comer, Orar, Amar	Filme	3	26	
Harry Potter e os Talismãs da Morte: parte 1	Filme	3	75	Janeiro
Jogo Limpo	Filme	3	47	
Recital por João Lagarto e Vitor Norte	Poesia	1	24(+6 oferta, OFITEFA)	
Encontro de Cantadores de Janeiras Do Concelho de Alijó (a receita reverteu a favor da Associação O Plátano)	Música	1	166	
Megamind	Filme	2	32	
Não há Família Pior	Filme	3	38	Fevereiro
Entrelaçados	Filme	2	69	

Acções gratuitas



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

MA
21

Título	Tipo	Sessões	Espectadores	Mês
Festa de Natal da Escola E,B 1 de Alijó	Festa	1	250	Dezembro
Concerto de Natal dos alunos do 5º e 6º ano para os Idosos do Concelho	Concerto	1	250	
Concerto de Natal dos alunos do 5º e 6º ano para os restantes alunos	Concerto	1	250	
Encontro de Catequistas de Alijó e Murça	Encontro	1	60	
Concerto de Natal das Bandas de S. Mamede e Carlão	Concerto	1	250	
Recepção aos Ministros na Inauguração do IC5	Recepção	1	251	
Missa Dominical	Missa	1	160	Janeiro
Missa Dominical	Missa	1	210	

Espaço Internet: Dezembro: 718 utilizadores; Média de idades: 20,7; Janeiro: 944 utilizadores, Média de idades: 20,1. b – Actividade desportiva: Actividades de Carácter Contínuo. Escola de Natação – continuação das actividades da Escola, que está dividida em 3 grandes classes (dos 2 aos 7 anos; dos 8 aos 16 anos; adultos), que se subdividem em níveis de aprendizagem. Actividade de características formativas que possibilita aos seus alunos, desde os 2 anos, não só a aprendizagem das várias técnicas da natação, mas também o aperfeiçoamento técnico e melhoria das suas capacidades coordenativas e condicionais. Hidroginástica – Uma actividade de sucesso. É uma actividade praticada por pessoas de várias faixas etárias, é o casamento perfeito do ritmo e do prazer de estar dentro de água. Actividades de Academia – Onde se inclui a prática de Aeróbica, Step e Localizada. Dirigida a pessoas de várias faixas etárias e que procuram o aperfeiçoamento técnico e a aprendizagem. Estas aulas são uma oportunidade para todos aqueles que gostam de actividade física “indoor” realizar uma prática desportiva regular com uma componente de ritmo e dinamismo sempre presente. -Piscinas Municipais: Entradas no Complexo para utilização da Piscina: Dezembro 2010

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escola de Natação	234
Escolas 1º ciclo	207
Escolas E.B. 2, 3 e Secundária	317
Lazer	124
Aeróbica	89

Flua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Daslumbrante Património Natural

Handwritten signature and date: 22

Hidroginástica	115
Clube de Natação Alijó	-
Boccia	-
Danças	-
Pilates	-
Ballet	25
PumPit	30
TOTAL	Entradas 1141

Janeiro 2011

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escola de Natação	342
Escolas 1º ciclo	172
Escolas E.B. 2, 3 e Secundária	137
Lazer	127
Aeróbica	108
Hidroginástica	266
Boccia	-
Pilates	-
Ballet	25
PumPit	35
TOTAL	Entradas 1212

-Pavilhão Municipal: Entradas no Complexo para utilização do Pavilhão

Dezembro 2010

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escolas	2798
EFDM	-
A. Marciais	45
Patinagem	42
Basquetebol	
Futsal	366



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

TOTAL	Entradas 3251
-------	---------------

Janeiro 2011

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escolas	5748
EFDM	-
A. Marciais	-
Patinagem	67
Basquetebol	-
Futsal	201
TOTAL	Entradas 6016

c – Gabinetes de Apoio ao Cidadão e Gabinete de Extensão Autárquica: Tendo como principal finalidade promover uma política de proximidade entre os Municípios e a Câmara Municipal, procurando minorar os problemas encontrados por estes no dia-a-dia, os Gabinetes de Apoio ao Cidadão (GAC) situados em Carlão, Pinhão, Sanfins do Douro e Vilar de Maçada e o Gabinete de Extensão Autárquica (GEA), têm por objectivo procurar ultrapassar as dificuldades colocadas pelas pessoas que os procuram. As intermediárias desenvolvem diversas actividades normais, tais como: realização de ofícios e apoio às Juntas de Freguesia onde estão instalados os GAC, assim como, para diversas Instituições: PT, EDP, IFADAP, INGA, ADSE, Ministério das Finanças, Centro Nacional de Eleições, Centro Nacional de Pensões, Segurança Social, DG Veterinária, Ministério da Saúde, Inspeção-geral do trabalho, seguradoras, bancos, apoio na elaboração de trabalhos informáticos, elaboração de cartazes informativos, colaboração com diversas instituições existentes nas freguesias, elaboração de notícias e reportagens para o Portal Espigueiro. A pesquisa e navegação na Internet continua a ser uma das actividades mais requisitadas, verificando-se cada vez mais, uma maior independência nas pessoas, especialmente nos mais jovens, nessas tarefas, tendo sempre o auxílio das intermediárias. Quanto ao Gabinete de Extensão Autárquica, o Agente tem prestado apoio às Intermediárias, tentando resolver os problemas informáticos que têm surgido. Tem sido a ponte entre os Gac, recebendo as informações e pedidos, e a Câmara Municipal, onde faz chegar a voz dos municípios que frequentam esses Gabinetes. Colocação de informações no Sítio da Câmara. Alguns Números:

GAC	DEZEMBRO	JANEIRO
CARLÃO	503	710
PINHÃO	1953	1715
SANFINS DO DOURO	706	755

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

VILAR DE MAÇADA	1153	1701
-----------------	------	------

De salientar que os números presentes são referentes a utilizadores e não a utilizações, já que um utilizador pode requerer mais do que um serviço e só é contabilizado uma única vez. d – Posto de Turismo: Dezembro Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de vinte e um portugueses. - Prestação de informação turística documental a entidades várias. Janeiro: Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de onze portugueses e dois noruegueses. - Prestação de informação turística documental. - 01.01.2011 - Acolhimento e acompanhamento de aluna do Curso Profissional de Técnico de Informática de Gestão da Escola EB 2/3 D. Sancho II, que irá realizar um estágio de Formação em Contexto de Trabalho com duração de 2 meses. Fevereiro: Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de doze portugueses e dois ingleses. - Prestação de informação turística documental. - Acompanhamento de aluna do Curso Profissional de Técnico de Informática de Gestão da Escola EB 2/3 D. Sancho II que se encontra a realizar um estágio de Formação em Contexto de Trabalho com duração de 2 meses. e – Gabinete de Arqueologia: *Acções fundamentais do Gabinete de Arqueologia:* Criação de três DVD's incluindo todas as fontes documentais e gráficas referentes ao período compreendido entre o final da Monarquia e o início da República em Alijó, com especial destaque para o período republicano a nível regional. A elaboração dos mesmos, fruto da Exposição Local comemorativa do Centenário da República (apresentada ao público no ano transacto) pretende iniciar um processo de conservação, ou seja, almeja a constituição de um Arquivo Municipal digital. O trabalho agora iniciado, com milhares de documentos textuais e gráficos digitalizados, preservados e divulgados, pretende futuramente conter, de forma cuidada e abrangente, toda a documentação inventariada actualmente no Arquivo Municipal histórico alijoense; Análise e consequente resposta via correio electrónico a diversos pedidos individuais e de entidades empresariais, relativos ao património histórico e arqueológico exumado neste concelho. De destacar que a grande “fatia” dos mesmos se refere a pedidos de orientação no âmbito de teses de Mestrado e bibliografia referente ao concelho de Alijó. Uma menor fatia, não menos importante, cabe a empresas de divulgação turística e jornais que pretendem informação cultural relevante (Ex.: guias, roteiros históricos, locais de interesse relevante e ex-libris concelhios); Entrega do relatório da avaliação do ano passado (2010), com os objectivos definidos/cumpridos e previamente estabelecidos pela avaliadora; Apoio técnico e pedagógico a estagiários com formação técnico profissional, no âmbito do estágio e trabalho final que se encontram a desenvolver no Município de Alijó. O meu apoio consistiu no fornecimento de informação de índole histórica, arqueológica, geográfica e ambiental, referente às freguesias de Carlão e Santa Eugénia, tendo em vista a construção de duas páginas (websites) que os mesmos elaboraram para essas 2 freguesias; Colaboração com o Presidente de Junta de Freguesia de Vila Verde, tendo em vista o início do processo de ordenação heráldica desta freguesia. O respectivo registo será posteriormente publicado em Diário da República, assim que o processo esteja definitivamente concluído; Cooperação com a Junta de Freguesia de Pegarinhos, no âmbito da construção do novo itinerário designado de IC5, por forma a assegurar no terreno os



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

[Handwritten signature]
25

principais acessos às jazidas arqueológicas afectados pela construção do itinerário. No que concerne à freguesia de Carlão, mais precisamente junto à Estrada Nacional n.º 587, início dos trabalhos de realocização de uma Alminha que anteriormente havia sido deslocada para a aldeia de Carlão, tendo em vista a preservação da mesma (uma vez que também se encontrava nas proximidades do eixo marginal do IC5); Renovação da página electrónica/website de Arqueologia do Município de Alijó, pela edição de novos roteiros arqueológicos on-line através do software “Google Earth”. O incremento de novos roteiros e actualização dos antigos prende-se com os novos orto-fotos mapas (imagens de satélite) do concelho de Alijó, que agora o software disponibiliza. De referir que já é possível “viajar” através do novo itinerário – IC5; Divulgação contínua do concelho de Alijó em termos patrimoniais e culturais, através do envio de imagens para a ferramenta Web on-line “Panoramio” que, por sua vez, permite em interligação com o software Google Earth, visualizar imagens “in loco” dos bens patrimoniais georreferenciados; Início da realocização dos arqueossítios de relevo no concelho de Alijó através da actualização da ficha de sítio arqueológico, por ex. pela detecção no terreno de possíveis ameaças à integridade do património e análise do seu estado de conservação, tendo sempre em vista a protecção, bem como a fruição pública dos mesmos; Cooperação no projecto do Núcleo Museológico do Pão e do Vinho de Favaios (participação em diversas reuniões, contacto com algumas empresas, reorganização do dossier de candidatura/projecto, entre outras actividades); Concretização de visitas no terreno, de âmbito técnico, a diversos elementos da Direcção Regional da Cultura do Norte, cuja sede se localiza em Vila Real. O objectivo é alertar mais uma vez as entidades responsáveis que tutelam o património a nível nacional para o estado de degradação em que se encontra determinado património edificado e móvel no concelho de Alijó, tendo em vista futuro apoio técnico e financeiro para a execução de projectos de conservação e restauro; Divulgação de eventos de âmbito cultural e histórico através da Newsletter com periodicidade mensal. Esta newsletter, além de ser enviada por correio electrónico, pode ser ainda consultada e visualizada na página do Município especificamente dedicada à Arqueologia, em <http://arqueologia.cm-alijo.pt>; Dinamização do património histórico e arqueológico concelhio, mediante a continuação da aplicação de miniprojectos: - Actualização contínua da página da Internet, especificamente dedicada à Arqueologia; - Divulgação mensal do património arqueológico concelhio através da Agenda Municipal e da Newsletter (todos os meses o Município de Alijó dá a conhecer diversos elementos iconográficos e informativos sobre diferentes arqueossítios); - Colaboração com os Presidentes de Junta de Freguesia, tendo em vista a promoção de iniciativas relacionadas com o património local. **c – Obras e Intervenções Municipais:** * Reparação de rupturas de água; * Desentupimento de saneamentos, fontanários e ribeiros; * Limpeza de mato, jardins, estradas, ruas, caminhos, aterros, lixeiras, nascentes e fossas sépticas; * Transporte de lenha para as fogueiras de Natal; * Remoção de restos das fogueiras de Natal; * Trabalhos de manutenção em várias escolas do concelho; * Trabalhos de manutenção no complexo das Piscinas Municipais; * Trabalhos vários em estradas e passeios; * Colocação e manutenção de tampas de saneamento; * Trabalhos de manutenção em Bairros Sociais do Concelho; * Montagem e desmontagem de palcos, stands, barracas e estrados para diversas festas do concelho; * Transporte de géneros alimentícios de Vila Real para o



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

[Handwritten signature]
26

Concelho; * Trabalhos de manutenção na Escola Secundária de Alijó; * Trabalhos de manutenção no Estádio Municipal; * Trabalhos de manutenção em Igrejas do Concelho; * Entrega de briquetes nas escolas e jardins-de-infância do concelho; - **Lançamento, acompanhamento e execução dos seguintes concursos:** - Construção/Requalificação do Pólo Escolar e EB1 – Alterações ao Projecto de Electricidade – Adjudicada; - Ampliação, Conservação e Reparação das Redes de Saneamento (Bairro Social do Pinhão) – adjudicada; - Construção/Requalificação do Pólo Escolar Integrado de Alijó – Pré-Escolar e EB1 – Eficiência Energética do Edifício – adjudicada; - Rede de Saneamento do Município – Conservação e Reparação (Freguesias de Pinhão, Vilarinho de Cotas e Casal de Loivos) – em concurso; - Construção de Muros Degradados no Pinhão – Acesso ao Infantário – em concurso; - Cemitério - Alijó - em concurso; - Prestação de Serviços para Controlo de Qualidade das Águas – em concurso; - Construção e Reparação de Muros Degradados na Freguesia do Pinhão – em concurso; - Construção/Requalificação do Pólo Escolar Integrado de Alijó – Pré-Escolar e EB1 – Equipamento para a Copa Limpa e Copa Suja e Dispensa; d – Acção Social: Atendimento / Encaminhamento de situações; Apoio psicossocial; Acompanhamento e apoios vários à Comissão de Protecção de Crianças e jovens (atendimento, acompanhamento de crianças para consultas, internamento em lares, cedência de viatura para visitas domiciliárias); Apoio a Idosos e Deficientes, Ajudas Técnicas - dada a incapacidade da Segurança Social em dar resposta a todas as solicitações a nível dos apoios para ajudas técnicas, a Autarquia tem vindo a adquirir alguns dos equipamentos mais solicitados, tais como, cadeiras de rodas e camas hospitalares, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos idosos e deficientes do Concelho. De Dezembro a Fevereiro foram emprestadas: - Três camas hospitalares articuladas (uma para Favaio, uma para Chã e uma para Carlão); - Atribuição de fraldas a idosos e deficientes acamados, 6 em Vilar de Maçada, 5 em Vila Chã e 2 em Ribalonga. Habitação: - Apoio para obras de reparação em habitações degradadas de famílias de fracos recursos: N.º de processos entrados de Dezembro a Fevereiro – 0, N.º de processos aprovados de Dezembro a Fevereiro – 1. - Programa “Solarh”: N.º de processos entrados de Dezembro a Fevereiro – 1. Projectos de Intervenção Comunitária, - Programa - Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS). Este projecto é de âmbito supra-concelhio e abrange o território dos três Concelhos referenciados, sendo a Associação Douro Histórico a entidade Coordenadora e Executora do mesmo. O Plano de Acção foi elaborado por um grupo de trabalho constituído por elementos do Núcleo Executivo da Rede Social dos respectivos Concelhos. Acções desenvolvidas: - Realização da Festa de Natal nos dias 29 e 30 de Dezembro com a participação de 390 idosos; - Jogo do Boccia em todas as IPSS Do Concelho, excepto Centro Social, Recreativo e Cultural de Vila Verde e Pegarinhos. Foram realizadas 34 sessões em Dezembro, 28 sessões em Janeiro. - Dinâmicas de Gerontomotricidade em todas as IPSS do Concelho, excepto Centro Social, Recreativo e Cultural de Vila Verde e Pegarinhos. Foram realizadas 13 sessões em Dezembro, 22 sessões em Janeiro e 8 sessões em Fevereiro - Web Itinerante em todas as IPSS do Concelho, excepto Centro Social, Recreativo e Cultural de Vila Verde e Pegarinhos. Foram realizadas 314 sessões em Dezembro e 16 sessões em Janeiro; - Clube de Leitura com os idosos da Casa do Povo de Pegarinhos. Foram realizadas 3 sessões em Dezembro, 2 sessões em Janeiro e uma sessão em Fevereiro; Rede Social: - Realização do Plenário no dia



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

11 de Fevereiro; - Realização de 1 encontro das “Tertúlias Sociais” - espaço de debate e partilha de conhecimentos entre os técnicos que intervêm na área social do Concelho. Estes encontros têm a periodicidade mensal e decorrem nas primeiras terças-feiras de cada mês no período da tarde; Serviço de informação e Mediação da Pessoa Portadora de Deficiência – SIM-PD. - Levantamento do número de deficientes do concelho com o objectivo de proceder a um estudo da situação socioeconómica e familiar dos mesmos de forma a planificar respostas mais adequadas aos mesmos. Gabinete de Inserção Profissional – GIP. Dezembro de 2010 a 14 Fevereiro de 2011

ACTIVIDADES	OBJECTIVOS
Realização de sessões de técnicas de procura de emprego	27 sessões
Realização de sessões de informação escolar e profissional para jovens e adultos desempregados	247 participantes
Realização de contactos com empresários da iniciativa do animador e Visitas a Empresas	106 contactos
Captação de ofertas de emprego	13 ofertas
Encaminhamentos para qualificação profissional, estágios, colocação e outras medidas de apoio ao emprego, à empregabilidade e ao empreendedorismo	38 utentes

Das 13 ofertas de emprego: - 38 candidatos foram encaminhados para entrevista; - 5 candidatos colocados no mereado de trabalho; - 7 candidatos encontram-se em processo de recrutamento a decorrer e aguardam resposta. b - Educação: Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular para todos os alunos do 1º CEB (Actividade Física, Ensino de Inglês e Desportiva e Ensino da Música para todos os anos de escolaridade); Transferência de verbas para Agrupamentos de Escolas para material didáctico e material de desgaste; Disponibilização de pessoal não docente para os estabelecimentos de ensino pré-escolar e do 1º CEB do concelho (auxiliares de acção educativa para estabelecimentos de ensino e auxiliares para apoio à Componente de Apoio à Família, Programa de Generalização de Refeições Escolares e Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular); Fornecimento de refeições escolares em todas as Escolas do 1º CEB; Implementação do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar – refeições escolares e componente de apoio à família (prolongamento) em todos os Jardins de Infância do concelho; Gratuidade da componente de apoio à família (prolongamento) em todos os Jardins de Infância do concelho; Implementação do sistema de Acção Social Escolar para apoios económicos à alimentação no 1º CEB e no Pré-Escolar. No caso do 1º CEB apoiou-se também ao nível de manuais escolares; Gratuidade dos transportes escolares para todos os níveis de ensino; Cedência de transporte para visitas de estudo para alunos de todos os estabelecimentos de ensino; Transporte de pessoas com necessidades educativas especiais para instituições



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

especializadas fora do concelho (Vila Real e Sabrosa); Cedência de transporte a instituições do concelho de carácter cultura e desportivo com compromissos oficiais (actuações, competições,...); Colaboração com projectos de intervenção social que promovem actividade para crianças e jovens; Colaboração com instituições que promovam cursos de formação profissional no concelho; Manutenção de sistemas de aquecimento nos estabelecimentos de ensino e distribuição de briquetes; Transferência de verbas para as Juntas de Freguesia para suporte de despesas de manutenção, limpeza, lenha ou outro tipo; Distribuição de produtos de limpeza em estabelecimentos de ensino de freguesias com as quais não foi estabelecido Protocolo de cooperação; Assistência técnica ao material informático e de outro tipo instalado nos estabelecimentos de ensino do concelho; Construção do Centro Escolar de Alijó; Realização de obras de reparação e beneficiação em edifícios escolares e espaços circundantes; Apoio e colaboração na dinamização de actividades direccionadas a crianças e jovens; Limpeza e desinfestação de edifícios escolares e áreas circundantes; c – Saúde Pública: - Inspeção do pescado fresco vendido no Mercado Municipal de Alijó e no supermercado Intermarchê; - Inspeção da carne fresca vendida em todos os talhos do concelho de Alijó; - Controlo do destino das matérias da categoria 3 (subprodutos), geradas pelos talhos do concelho de Alijó, conforme o disposto no Regulamento CE/1774/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 2002/10/04, e o Decreto-Lei nº 244/2003 de 07 de Outubro; - Prestação de cuidados de saúde animal, com consultas a custo zero para o proprietário; - Campanha de vacinação anti-rábica em época especial; - Emissão de guias de trânsito para deslocação entre explorações de equinos, e para deslocação de ovinos e caprinos entre exploração e matadouro; - Avaliação de projectos e vistoria prévia de estabelecimentos de venda e/ou manufactura de produtos alimentares, para posterior emissão de Licença de Utilização Camarária, com emissão de parecer; - Avaliação de queixas de insalubridade envolvendo animais; - Coordenação semanal com o canil Intermunicipal de Vila Real, para programação e execução de capturas de canídeos errantes no concelho de Alijó; - Colaboração com a GNR de Alijó na resolução de problemas envolvendo animais; - Colaboração com vistorias efectuadas por brigadas da A.S.A.E. no concelho de Alijó, através da prestação de peritagens técnicas; - Participação no Júri de Admissão do X Concurso Pecuário dos Reis, na localidade de Vila Verde;

e – Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local

Área de Intervenção	Participantes	Objectivos	Forma de Intervenção
Concelho de Alijó Setor AgroIndustrial – Produção de vinhos comuns e licorosos	. GADL; . Promotores.	Acompanhamento de 2 processos de adaptação ao novo regime de exercício das actividades industrial de acordo com o Dee-Lei n.º209/2008	. Análise dos processos: - regularização do licenciamento industrial tipo 3.
Concelho de Alijó – Alijó Sector Agrícola /Ambiente - Recursos Hídricos	. GADL; . Divisão de Planeamento e Urbanismo; . Divisão de Obras Públicas;	No âmbito do Fundo de Protecção de Recursos Hídricos, apoiar as intervenções de protecção e valorização de recursos hídricos	. Elaboração e submissão de 2 candidaturas ARH - Norte



MUNICÍPIO DE
ALIJO

Daslumbrante Património Natural

Concelho de Alijó Sector Agropecuário – Alijó, Pópulo, Santa Eugénia.	. GADL; . Promotores	Acompanhamentos das actividades nas explorações Pecuárias e Cozinhas Regionais.	. Visitas de trabalho periódicas às explorações.
Concelho de Alijó – Alijó Sector/Turismo	. GADL; . Promotores	Acompanhamento de 3 processos de reclassificação	. Processo de reconversão com vistoria aos empreendimentos.
Concelho de Alijó – Alijó Sector/Turismo	. GADL; . Núcleo de Gravura do Grupo Recreativo e Cultural de Alijó	Internacionalização da Bienal	. Participação na elaboração de candidatura, submetida pelo Núcleo de Gravura.
Concelho de Alijó (Sector Cinegético – Zona de Caça Municipal de Alijó - ZCMA Proc. DGRF n.º 2596)	. GADL; . Guarda-florestal Auxiliar; . Conselho Cinegético; . DGRF; . Juntas de Freguesia. . Entidade Turismo Douro	. Melhorar a Gestão da ZCMA.	. Avaliação periódica do estado de comedouros instalados e bebedouros naturais; . Foram efectuadas acções de profilaxia sanitária no Posto de Reprodução de Coelho Bravo existente na ZCMA; . Divulgação através do Site do Município de toda informação necessária para o exercício da Caça na ZCMA, para época venatória 2010/2011; . Realização de sementeiras em áreas previamente definidas; . Realização de repovoamentos de Perdiz Vermelha em áreas previamente definidas; . Realização de 1 Batida à Raposa de acordo com o calendário venatório 2010/2011; . Realização de 1 Montaria ao Javali de acordo com o calendário venatório 2010/2011; . Serviço administrativo da ZCMA:- emissão das autorizações especiais de caça; - requerimentos para renovação de carta de caçador, requerimentos para exame da carta de caçador e recebimento de requerimentos para pedidos de indemnização dos prejuízos causados por algumas espécies cinegéticas; . Tratamento e envio de correspondência ao caçador; . Fiscalização da ZCMA;
Concelho de Alijó (Sector Pesca – Zona	. GADL; . Guarda-florestal	. Melhorar a Gestão da Concessão de Pesca da Albufeira de Vila Chã	. Serviço administrativo da Concessão de Pesca:



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

M. J. P.
30

de Concessão da Albufeira de Vila Chã Alvará n.º206/2008)	Auxiliar;		. Emissão de autorizações diárias para pescar na Albufeira de Vila Chã;
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI	. GADL; . GTF; . COM.	. Coordenar as acções de Serviço Municipal de Protecção Civil em alertas amarelo e laranja, segundo avisos do CDOS e IM.	. Acompanhamento de todas as ocorrências no Concelho de Alijó e nos Concelhos limítrofes.
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI	. GTF; . GADL; . COM.	. Conselhos sobre queimas e queimadas aos proprietários.	. Aconselhamento, de forma permanente, das medidas preventivas a seguir durante a execução de queimas e queimadas.
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI	. GTF, COM.	. Contra-ordenações queimas e queimadas.	. Emissão de parecer sobre autos de notícia referentes a queimas e queimadas de acordo com o Decreto-Lei n.º124/2006 de 28 de Junho, com a redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro.
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI	. COM; . GTF; . GADL.	. Coordenar as acções de Combate aos Incêndios Urbanos /Florestais/Acidentes Rodoviários.	. Acompanhamento, coordenação e apoio logístico de todos os meios envolvidos nos teatros de operações dos Incêndios Urbanos/Florestais ocorridos nas Freguesias de Alijó, Sanfins do Douro, Vila Verde, Vilar de Maçada.
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI	. COM; . Eng.ª Sandra Figueira . GADL.	. Marcação, no terreno, dos locais de abastecimento de água do concelho de Alijó.	. Levantamento com GPS e marcação em gabinete dos locais de abastecimento de água do Concelho de Alijó.
Concelho de Alijó	. GADL; . GTF;	. Esclarecimento sobre o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a	. Defesa de pessoas e bens, redes secundárias de faixas de gestão de

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signature and date: 31

Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI	. COM.	redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro que estabelece as medidas e acções a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios.	combustível, interpretação do decreto-lei.
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI	. GTF . Estradas de Portugal	. Faixas de Gestão de Combustível para o ano 2011 no âmbito do PMDFCI.	. Reunião de trabalho tendo em vista a marcação das faixas de gestão de combustível a executar pelas Estradas de Portugal para o ano 2011.
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI	. COM; . GTF; GADL; . Infantiário de Favaios; . BV Favaios.	. “Incêndio na Escola – Como evacuar”.	. Sessão de esclarecimento/sensibilização, no âmbito da Protecção Civil, em caso de incêndio na escola como proceder à evacuação, em segurança, procedimentos a seguir.
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI	. COM; . GTF; GADL; . Prof.º representante do Clube Protecção Civil da Escola EB 2,3 Alijó . GNR – Escola Segura	. Comemoração do Dia Mundial da Protecção Civil.	. Reunião de trabalho sobre as actividades a desenvolver.
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI	. GADL; . GTF; . COM.	. Projeto Vittis.	. Elaboração de plantas de localização.
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI	. GTF; GADL; . COM; . SF 10-117	. Limpeza de caminhos/estradas florestais.	. Acompanhamento dos trabalhos executados pela equipa SF 10-117.
Concelho de Alijó	. GTF; GADL;	. Árvores em risco na Estrada	. Abate árvores



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI	. COM; . SF 10-117; . GNR; . Freg. Vilar de Maçada.	Municipal (Vilar de Maçada – Balsa).	
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI	. GTF; GADL; . COM; . SF 10-117; . Architecta Paisagista da CMA; . Freguesia de Alijó.	. Árvores urbanas – intervenções (situações de risco), conflitualidade com habitações e rede eléctrica.	. Limpeza, desramação e podas de formação em plátanos no Bairro do Hospital em Alijó.
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI	. COM; . GTF; GADL; . Infantário de Favaios; . BV Favaios . BV Cruz Branca.	. Técnicas de Socorrismo para docentes e pessoal auxiliar.	. Sessão de esclarecimento/sensibilização, no âmbito da Protecção Civil, de técnicas a utilizar em situações de primeiros socorros.
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI	. COM; . GTF; GADL; . CPE – Eng.º Eduardo Carvalho – AFN.	. Areas Fogo Controlado no Concelho de Alijó.	. Levantamento de áreas potenciais para a realização de parcelas de fogo controlado, no âmbito do PMDFCI, para o ano 2011.

Alijó, 17 de Fevereiro de 2011 O Presidente da Câmara Dr. José Artur Fontes Cascarejo

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Introduz o *Ponto Dois da Ordem de Trabalhos “Pedido de Aprovação da 1.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2011”*, e dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Antes de apresentar o Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos, informa que devido a um lapso técnico neste Ponto, mais propriamente na página treze, página essa que foi já entregue à Mesa da Assembleia para correcção da informação, sobre duas situações que já foram resolvidas: são elas o alargamento da Lagoa da Chã e uns muros em Favaios. Relativamente a este Ponto da Ordem de Trabalhos, indica que é meramente técnico e que é



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Daslumbraato Património Natural

obrigatória fazer nesta altura, estando assim a referir-se a reposições não abatidas nos pagamentos. É uma questão de contabilidade e que na passagem de um ano para o outro, é necessário fazer esta modificação, caso contrário não podiam pagar os cheques que surgem já depois de fechadas as contas, ou aceitar facturas depois desta situação. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições e não havendo Inscrições, foi colocado a votação o *Ponto Dois da Ordem de Trabalhos "Pedido de Aprovação da 1.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2011"* sendo aprovado por maioria com 23 votos a favor e 11 abstenções dos seguintes Membros: Pedro Pimentel, Filipe Macedo, Marta Gonçalves, Miguel Cartageno, M.ª Arminda Ferreira, Isabel Vieira, Marco Rodrigues, João Vilela, Rogério Lima, Manuel Vilela e Márcio Ribeiro. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Introduce o *Ponto Três da Ordem de Trabalhos "Pedido de Apreciação do Relatório de Execução do Plano de Saneamento Financeiro"*. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Relativamente a este Ponto da Ordem de Trabalhos, indica que de certa forma já respondeu aquando da intervenção do Membro Pedro Pimentel, não podem, tal como é dito no Processo de Saneamento Financeiro, fazer uma avaliação definitiva do mesmo, na medida em que, por um lado não decorre um ano, por outro faz uma análise parcial dessa mesma execução e por outro há aqui algo que é absolutamente fundamental, sem o qual, não podem fazer uma análise absolutamente rigorosa. Acrescenta que tem a ver com as verbas que ainda não entraram das obras financiadas pelos Fundos Comunitários e que diminuiriam a diferença entre a receita e a despesa, porque é uma quantia muito significativa e, por outro lado, tem também a ver tal como já afirmou, com situações que tem uma "décalage" espaço temporal e que não podem aqui obviamente, analisar com esse rigor. Refere ainda que é um esforço significativo que fizeram no âmbito da poupança das Despesas Correntes e o Saneamento Financeiro também refere isso, pois conseguiram poupar cerca de seiscentos mil euros, foi imediatamente gasto com o aumento das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, no fundo com a despesa do Ambiente e da Educação, que estão neste momento a renegociar, no âmbito da CIMDOURO e no âmbito de um acordo com a Associação de Municípios e o Governo, para evitar que essa situação continue a registar-se, isto é,



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

[Handwritten signature]
34

que a população aqui pague a água ao dobro em relação ao Porto; desta forma, enquanto acontecer isto, não é viável, pois no Porto conseguem ter lucro com a venda da água em baixa e este Município tem prejuízos de 75% que se tornam absolutamente insuportáveis, mas depende de uma entidade externa. Indica ainda que há uma parte na Lei das Finanças Locais, com a qual não concorda, nunca concordou e na altura lutou para que não fosse aprovada e que tem a ver com os cinquenta e cinco mil euros/mês que lhes retiraram. Contudo, estão a tentar pressionar o Governo, através da Associação de Municípios, no sentido dessa quantia, em vez de ir para um fundo de Equilíbrio Financeiro, que depois devolveriam quando já não tivessem problemas, fosse usada para pagar dívida, isto é, para pagar a fornecedores em encargos assumidos e ainda não pagos pelo Município. Acrescenta que isso também acaba por se reflectir no próprio Plano de Saneamento Financeiro. Frisa que as dificuldades são reais, não as olvidaram e fizemos este esforço para as tentar ultrapassar. Estes são os índices que considera mais relevantes para poderem justificar também alguns dos resultados que entretanto estão expressos no documento. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO PEDRO PIMENTEL:** Relativamente ao relatório apresentado, analisa o semestre terminado em 30-11-2010, afirmando que aquando do último relatório aprovado na Assembleia Municipal no dia 09-12-2010, referente ao semestre terminado em 31-05-2010, a conclusão era praticamente igual. Indica que há uma parte que ainda o preocupa mais, porque o primeiro dizia, passando a ler porque considera que na conclusão que é igual ao actual: “este relatório semestral continua a verificar-se uma tendência desfavorável para o cumprimento dos objectivos do Plano de Saneamento Financeiro, nomeadamente para a redução do endividamento líquido de médio e longo prazo”. Frisa que este ponto está igual ao apresentado agora e por isso dever-se-ia ter mais atenção a este período de tempo: “Por isso, consciente da necessidade de cumprir o estabelecido no Plano de Saneamento Financeiro, o Município definiu como primeira prioridade o equilíbrio financeiro das suas contas, pelo que irão ser tomadas medidas económicas e financeiras rigorosas no sentido de redução de custos e de maximização de proveitos e ainda de uma



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

selecção criteriosa com redução significativa dos investimentos que estavam previstos no PSF, até ao final de 2010”. Pergunta ao Sr. Presidente da Câmara se tudo isto foi feito, afirmando negativamente à sua própria questão porque “senão não estaríamos como estamos”; confirma-se que na execução do Plano de Saneamento Financeiro, a Câmara Municipal continua desenfreadamente a aumentar o seu endividamento, o que pode ser constatado no seu relatório. Indica que para agravar ainda mais tudo isto, constata que o endividamento líquido da Câmara Municipal em 30-11-2010 é superior em seis milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil e duzentos e dezanove euros, face ao previsto no Plano de Saneamento Financeiro para este ano. Afirma que os números não deixam mentir que a Câmara Municipal de Alijó continua cada vez mais endividada, o descontrolo continua a ultrapassar os limites legais de endividamento líquido e de médio e longo prazo continuam a crescer, o que vai levar com toda a certeza a uma redução das verbas a transferir do Orçamento Geral do Estado de 2011, tal como aconteceu no ano de 2010. Finaliza indicando que, uma vez mais sem uma resposta da parte do Sr. Presidente da Câmara para resolver definitivamente e seriamente este grave problema, a Bancada do PSD irá votar contra este Ponto da Ordem de Trabalhos. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Esclarece que as razões para o não cumprimento total do Plano de Saneamento Financeiro, já as antecipou na apresentação do mesmo, porque há um conjunto de verbas que não receberam, porque se recebessem, não aumentavam, diminuían. Parte dessas verbas são sobretudo Fundos Comunitários, sendo verdade, que fizeram um esforço significativo o qual está reflectido, na diminuição da despesa corrente que, tal como já tinha informado, foi “comida” por aquilo que têm de pagar às Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, aos transportes escolares, à recolha de lixos, etc. Nos esforços de contenção consta a não realização da Revidouro, a não realização da Festa do Idoso, a não realização da Festa da Criança, a não realização de um conjunto de actividades que faziam parte integrante do Plano e que não estão a ser realizadas estando ainda um conjunto de obras que era previsto lançar e outras concluir, paradas, porque enquanto não resolverem esta situação, não podem avançar. A única excepção que admitem



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

em termos de investimento físico neste período, tem a ver com a salvaguarda de pessoas e bens, situação de protecção civil, ou seja, situações de emergência; estão inclusive paradas obras com financiamento comunitário, porque as verbas para as terminar, ainda não vieram. Contudo, reafirmou uma vez mais, que antes da nova Lei das Finanças Locais, a Câmara tinha 60 % de capacidade de endividamento, e tinha somente utilizado 40% dessa capacidade. Indica ainda que com a simples alteração da fórmula matemática de calcular o endividamento municipal, as Câmaras em geral, passaram a ultrapassar os limites de endividamento. Acrescenta que as Câmaras do interior, de pequena e média dimensão ultrapassaram o limite de endividamento legal porque são as que mais dependem do Orçamento Geral do Estado para as suas receitas. Esta Câmara tem uma dependência de quase 90% das receitas do Orçamento Geral do Estado e a partir do momento em que haja uma diminuição dessas receitas com os compromissos já assumidos ficam numa situação de grande dificuldade; se não conseguirem negociar com o Governo outra forma de interpretar a lei das Finanças Locais, este será um caminho com dificuldades acrescidas. Reafirmou uma vez mais, que o nível de acção da Autarquia tem duas dimensões: uma a nível local, que se refere às obras, com vista ao não investimento, mas sim ao pagamento do que já está feito; outra a nível nacional, tentar convencer o Governo, que a Lei das Finanças Locais, numa altura de dificuldades, retira verbas que impedem que assumam os compromissos. Informou que estão a tentar por um travão no art.º 54 da Lei das Finanças Locais, que é extraordinariamente penalizador para as Autarquias de uma maneira geral, mas com particular incidência para as Autarquias do interior do país.-----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Coloca a votação *Ponto Três da Ordem de Trabalhos "Pedido de Apreciação do Relatório de Execução do Plano de Saneamento Financeiro"* sendo aprovado por maioria com 24 votos a favor, 01 abstenção do Membro Marco Rodrigues e 10 votos contra dos seguintes Membros: Pedro Pimentel, Filipe Macedo, Marta Gonçalves, Miguel Cartageno, M.ª Arminda Ferreira, Isabel Vieira, João Vilela, Rogério Lima, Manuel Vilela e Márcio Ribeiro. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** introduz o *Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos "Pedido de Adesão da Câmara Municipal como Associada na Agência de Desenvolvimento Regional do Vale*



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

do Tua e Aprovação dos Estatutos da referida Agência". Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Esclarece que esta Agência de Desenvolvimento Regional foi criada para que pela primeira vez na história de construções de barragens, as contrapartidas obrigatórias por parte da EDP não ficassem pelas indemnizações compensatórias do uso e ocupação dos terrenos, mas revertesse para um verdadeiro Projecto Integrado de Desenvolvimento Regional, criando com esta Agência o instrumento necessário para poder receber esses mesmos investimentos; com a criação desta Agência, irão ter à partida vinte milhões de euros. Esclarece que o dono da Barragem é o Estado, que a concessionaria à EDP por 75 anos. As cinco Câmaras conseguiram negociar com a EDP a antecipação de dez anos dessas rendas, que em vez de irem para o Instituto Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, ou seja para Lisboa e para o Estado Central, vêm pela primeira vez para o Desenvolvimento Regional, para o Vale do Tua, sendo a antecipação das rendas a origem dos vinte milhões de euros, divididos da seguinte forma: dez milhões para o projecto da mobilidade, isto é, o projecto do caminho-de-ferro, funicular, barco e dez milhões para potenciar um Parque de Natureza e Biodiversidade em todo o Vale do Tua. Indica que para isso é necessário criar um instrumento capaz de receber estas verbas e capaz depois de as aplicar e potenciar no terreno, sendo no fundo a Agência, esse instrumento. Informa que, para o arranque da Agência existe um capital inicial, com cerca de um milhão de euros, para despesas correntes, para construção da futura sede, que também está previsto neste acordo e ainda, as Câmaras Municipais ficarão com a Derrama deste aproveitamento hidroeléctrico a reverter para os cinco Municípios em função da área territorial que o empreendimento vai abarcar. O Município de Alijó é, juntamente com o Município de Carrazeda, aquele que mais área vai ter inundada, logo são estas Câmaras que mais Derrama irão receber. Isto também vai ser feito pela primeira vez com a construção desta barragem. Acrescentou ainda que os 3% do aproveitamento hidroeléctrico que deviam ir para o todo Nacional, por questão de inteira justiça, vão ficar neste território para o desenvolvimento de projectos. Acrescentou também que foram aprovados os Estatutos em Reunião de Câmara, mas depois, os Serviços Jurídicos da CCDR, do Governo e da própria EDP, afirmaram a necessidade de uma sede, mesmo que provisória, a qual ficará em Mirandela, na sede da Associação



MUNICÍPIO DE
ALIJO

Daslumbraato Património Natural

de Municípios da Terra Quente, tendo em vista a redução de custos com encargos com pessoal e com aluguer de edifício. Posteriormente, a sede será construída em definitivo em qualquer um dos concelhos que fazem parte do projecto. Para além dos estatutos presentes, o Sr. Presidente pediu para acrescentar um documento assinado por todos os Presidentes da Câmara com o seguinte teor: “Documento conjunto das Câmaras Municipais de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor. Assunto: Sede da Agência do Desenvolvimento Regional do Vale do Tua. Numa reunião de trabalho de autarcas de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor, realizada no dia vinte e três de Fevereiro de dois mil e onze, em Mirandela, foi debatida a localização da Sede de Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua, tendo sido deliberado o seguinte: A Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua tem a sua sede na cidade de Mirandela. A Assembleia Geral da Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua pode determinar posteriormente uma outra localização para um dos municípios que constituem a Agência. Esta decisão veio colmatar uma lacuna jurídica relativamente a esta matéria e foi solicitado pelo Sr. Presidente que este documento se juntasse ao restante processo para votação de Assembleia e posteriormente será também votada em Reunião de Câmara para, desta forma avançar com a constituição da Agência.”. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO MIGUEL CARTAGENO:** Refere que não concorda que a sede seja em Mirandela, visto que o Sr. Presidente da Câmara de Mirandela sempre se opôs à construção da barragem. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO TAVEIRA:** Na continuação do que já tinha afirmado numa primeira abordagem no Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos, louvou e enalteceu todo o trabalho dos Autarcas que fazem parte do Vale do Rio Tua, pelo trabalho e por aquilo que conseguiram. Espera comprovar dentro de cinco ou seis anos, se aquilo que foi prometido será cumprido na prática. Também enalteceu a política do actual Governo em relação às energias renováveis, porque o primeiro estudo geológico realizado em relação à Barragem do Tua, foi feito em 1952, pelo Prof.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

39

Dr. Cotelo Neiva, tal como fez para todas as Barragens do Rio Douro. Por esta razão, a Freguesia de São Mamede de Ribatua e ele próprio como Presidente de Junta, enaltecem este feito, visto que desde o primeiro momento, sempre fora a favor da mesma. Por último, referiu que foi com estranheza, que viu a Declaração de Voto dos Srs. Vereadores do PSD, ao absterem-se nesta matéria. -----

-----**MEMBRO FERNANDO QUINTAS:** Reafirmou que sempre foi defensor da construção da Barragem do Tua, porque o Amieiro necessitava de uma alteração ao actual sistema, caso contrário, o futuro seria muito “negro”. Afirmou que tem esperança que a Barragem venha implementar “sangue novo” no Amieiro e que o futuro lhes seja mais risonho. Disse ainda, dirigindo-se ao Sr. Presidente, que ficou muito satisfeito, pelo trabalho e pelo esforço desenvolvido, quer pela Câmara Municipal de Alijó, quer pelos outros Municípios, pelo Governo e também pela EDP que souberam levar a bom termo estas negociações. Disse estar disponível, bem como a Junta de Freguesia do Amieiro, a colaborar em tudo o que diga respeito a infra-estruturas que se venham a realizar na sua Freguesia. Espera e estará atento enquanto Presidente de Junta, para que algumas das promessas feitas, sejam levadas a bom termo. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Começou por dizer que um investimento desta envergadura, num Concelho que não é dos maiores do País, todas as Freguesias deveriam estar solidárias com este investimento. Reconhece que o Executivo tudo tem feito na defesa das Freguesias, independentemente da sua localização. Neste sentido, surge este documento, como forma de criar mecanismos para receber as contrapartidas da EDP. Afirmo que se tratou de uma grande luta para receber os milhões para o desenvolvimento da Região. No que se refere à sede e à sua localização ficar em Mirandela, também entende que esta não deveria ali ficar, visto a estrutura física da Barragem se localizar nos Concelhos de Alijó e de Carraceda de Ansiães; deveria a sede ficar localizada, a seu ver e na defesa dos interesses do concelho, em Alijó. Também gostaria que lhe fosse explicado o porquê da abstenção do PSD. Relativamente a esta matéria, uma obra destas, num Concelho onde não há emprego, onde há muitas necessidades, a Bancada do PS votará favoravelmente. -----



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Relembra que já explicou o porquê da localização da sede ficar em Mirandela, acrescentando que a Agência não pretende contratar, para já, ninguém, não querem mais despesa pública, mais despesa do Estado em contratar técnicos, quando têm técnicos que podem fazer esse trabalho. Deste modo e como primeiro argumento das cinco Câmaras, duas pertencem à Associação de Municípios do Vale do Douro Norte, ou seja, Alijó e Murça. A sede da Associação de Municípios da Terra Quente está situada em Mirandela e como tinham de ter isto aprovado rapidamente para puderem receber o dinheiro e realizarem os passos jurídicos necessários para acelerar esta matéria foi decidido em conjunto, como já referira anteriormente, que provisoriamente a sede ficaria em Mirandela. Questionou ainda os Membros da Assembleia, se não achavam que os restantes Presidentes de Câmara não gostariam de ter a sede nos seus concelhos, mas que foi decidido por todos e de forma a aproveitarem os recursos humanos, o edifício e o “know-how” que já está no terreno, a sede teria que ficar numa das duas Associações. Optaram por ficar naquela que tinha mais Câmaras, sendo uma negociação que procurou consensos, tendo ficado salvaguardada a possibilidade de a sede não ficar em definitivo em Mirandela. Para tal, foi criado um segundo ponto no documento que diz: “que a Assembleia Geral da Agência de Desenvolvimento Regional, depois definirá em definitivo a localização da sede”. Relembrou uma vez mais, que isto será sempre um processo a cinco e negocial e para alguém ficar com a sede perderá outra coisa qualquer. Avançou ainda que o fundamental neste momento, é constituir a Agência para poderem receber os investimentos, a questão da sede é importante do vista simbólico e de estatuto, não é a questão fundamental. Acrescentou ainda que era importante para o colega de Mirandela, tendo sido sempre contra a construção da Barragem, ter esta oportunidade, ainda que provisória, de poder justificar perante a sua Assembleia Municipal e perante a sua população, esta mudança de opinião. Afirmou ainda que, se a Sede da Associação de Municípios não estivesse em Mirandela, mas num dos outros dois Município da Terra Quente, seria lá que ficaria provisoriamente a sede. -----



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Vereador Dr. Miguel Rodrigues, após a ter solicitado: -----

-----**VEREADOR MIGUEL RODRIGUES:** Refere que tendo sido directamente interpelado pelo Sr. Presidente de Junta de Freguesia de São Mamede, gostaria de esclarecer o sentido de voto e Declaração de Voto dos Srs. Vereadores do PSD. Afirmou que não estavam ali a debater a Barragem, mas sim a Agência para o Desenvolvimento do Vale do Tua, pois são matérias diferentes. A Agência, como já foi explicado pelo Sr. Presidente da Câmara, é um organismo que terá competência para gerir as verbas compensatórias atribuídas pela EDP. Essa é a principal competência da Agência. O que se discute é se do ponto de vista institucional, a Agência é, ou não, a melhor forma de gerir essas verbas. Pediu para não se fazer nenhuma extrapolação de querer dizer que os Vereadores do PSD são contra ou a favor da Barragem, pois não é isso que está a ser tratado. Afirmou ainda que os Vereadores do PSD estão disponíveis para, em qualquer momento participar em qualquer debate, para debater a Barragem. Mas no momento, o que se está a debater é a Agência; A Declaração de Voto e o sentido de voto dos Vereadores do PSD diz apenas respeito à Agência, por duas razões fundamentais: primeiro, é notório que no Estado existem organismos a mais, existem entidades a mais e essa é uma das razões apontadas para o custo excessivo de funcionamento do Estado. Relembrou que a palavra de ordem nestes tempos de contenção é a redução de organismos e não a multiplicação de organismos. Aquilo que os Srs. Vereadores do PSD questionaram foi se não seria adequado ponderar esta competência para entidades já existentes. Foi esse o ponto lançado para debate, sem certezas sobre esse domínio, o que está patente na dita Declaração de Voto. Disse ainda que a informação disponível era escassa e que fora complementada naquela sessão pelo Sr. Presidente de Câmara com uma informação que não constava na proposta apresentada na Reunião de Câmara e que tinha a ver com a localização da sede. Afirmou que na dúvida, decidiram abster-se. Assim, considera que a posição tomada pelos Vereadores do PSD é clara e que não pode suscitar qualquer estranheza. Reafirma que do ponto de vista institucional, têm dúvidas que este será o melhor caminho. Repetiu que isto nada tem a ver com a questão fulcral da Barragem, que deveria e poderia ser objecto de um outro debate. -----



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre segunda ronda de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO PEDRO PIMENTEL:** Indica que tendo sido prestado um importante esclarecimento por parte do Sr. Vereador em nome dos Vereadores do PSD, disse perceber este tipo de coisas, mas gostaria de colocar duas ou três questões ao Sr. Presidente da Câmara, para que este pudesse esclarecer e ficar gravado em acta: a primeira foi se as Câmaras Municipais podem receber directamente esses dinheiros sem ser através de empresas ou de agências; Sabendo que a resposta será negativa, gostaria que o Sr. Presidente pudesse esclarecer isso; em segundo, como perguntaram os Srs. Vereadores do PSD, queria saber se há ou não, outras instituições ou outros métodos, com que as Câmaras Municipais possam receber esses dinheiros sem a formação de uma agência. Acrescentou ainda que não está em causa a construção da Barragem, até porque já está definitivamente decidida a sua construção, o que agora se discute é se se deve ou não fazer e aprovar aquela Agência. -----

-----**MEMBRO MARCO RODRIGUES:** Iniciou a sua intervenção como Presidente da Junta de Freguesia do Castedo, no sentido de demonstrar o seu descontentamento com todo aquele processo, e pela própria EDP e a Câmara Municipal de Alijó tem feito à Junta de Freguesia do Castedo. Recordou que não era a primeira vez que debatia aquele assunto da Barragem e até mesmo depois de lançarem a primeira pedra, a única Freguesia que tem sido prejudicada é a do Castedo, pois está lá a obra física e o Sr. Presidente da Câmara, ainda não lhe disse quais serão os benefícios para as Freguesias, em especial, para a Freguesia do Castedo, a qual se situa a jusante. Pela interpretação que fez do projecto, percebeu que os “mamarrachos” serão na Freguesia do Castedo, o que prejudicará a Freguesia, e ainda não tem nada de concreto com que possa contar por parte da Agência, por parte da Câmara ou por parte da própria EDP. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Reafirmou que depois de ouvidas as explicações do Sr. Presidente e do Sr. Vereador, deseja que a Bancada do PS, vote ainda mais favoravelmente este Ponto. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos: -----



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Esclareceu que a forma encontrada para poder receber estas contrapartidas e serem investidas na Região não foi escolhida ao acaso; a Agência foi a fórmula encontrada, visto que o Estado não pode subsidiar o Estado e a EDP também não pode subsidiar Câmaras. Foi necessário encontrar uma forma jurídica para poderem receber o dinheiro, para promover o desenvolvimento regional. Informou ainda que quem estudou a forma jurídica foram advogados da CCDRN, em parceria com as Câmaras e com a própria EDP. Foram apontadas várias hipóteses, mas esta da Agência de Desenvolvimento Regional foi considerada a melhor por três razões: em primeiro, porque é a única que permite que os 3% que iam para o ICNB para Lisboa possam ficar na Região; em segundo, é a única que permite que com essas verbas se possa candidatar ao QREN projectos para a Região; a terceira razão tem a ver com a origem dos municípios de duas Associações e NUTS distintas, não se podia optar por uma Associação Intermunicipal ou empresa intermunicipal. Após a análise de todas as figuras jurídicas, foi entendido que a única forma de poderem dar respostas às reivindicações dos autarcas seria através da Agência. No que concerne às questões do Sr. Presidente da Junta do Castedo, disse, que relativamente às mesmas, quem não reconhece razão aos argumentos por ele apresentados é a Declaração de Impacto Ambiental e o Ordenamento do Território que não deixa que a Freguesia do Castedo esteja inserida na área que a Barragem vai influenciar. Mas para a Freguesia do Castedo e para todas as outras também foi conseguida uma contrapartida, reflectida na Derrama que o Aproveitamento Hidroeléctrico de Foz Tua vai pagar em cada um dos Concelhos por ele abrangido e será revertido não apenas para as Freguesias que são directamente beneficiadas, mas para todas as outras, pois a receita será investida no território. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra aos Membros Pedro Pimentel e António Taveira, após a terem solicitado para prestarem novos esclarecimentos: -----

-----**MEMBRO PEDRO PIMENTEL:** Solicitou que o Sr. Presidente da Câmara fizesse chegar ao Sr. Presidente da Junta do Castedo a informação relativa ao RECAPE. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO TAVEIRA:** Informou que gostaria de prestar um esclarecimento ao Dr. Miguel Rodrigues, dizendo que sabe que estes são a favor da barragem, estando a referir-se só a este documento. -----



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

-----**PRESIDENTE DA MESA:** colocou a votação o *Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos "Pedido de Adesão da Câmara Municipal como Associada na Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua e Aprovação dos Estatutos da referida Agência"*, tendo sido aprovado por maioria com 34 votos a favor e 01abstenção do Membro Marco Rodrigues. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** introduz o *Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos "Pedido de Aprovação do Regulamento de Abastecimento de Água ao Concelho de Alijó"*. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Relativamente a este processo, pediu que a Mesa desse a palavra ao Sr. Vice-Presidente para responder a questões mais específicas, pois foi ele que trabalhou tecnicamente com os serviços, o documento. Informou que durante treze anos, o Município de Alijó não alterou o preço da água. Esta posição foi tomada porque o Executivo acha que a água é um bem essencial e que portanto deveria ter um preço acessível e compatível com o rendimento das populações. Porém, a Autarquia tem de cumprir os compromissos e as leis, quer da União Europeia, quer do próprio país. A União Europeia tem uma directiva para o uso eficiente da água, que obriga que a água e as despesas do ambiente, lixo e saneamento, sejam taxadas e pagas pelo utilizador, ou seja, é o princípio do utilizador pagador. Informou que foi assim constituído o PEAASAR, programa específico que regulamenta estas matérias e da responsabilidade da ESAR, Entidade Reguladora de Águas e Resíduos, que por lei, obriga as Câmaras a terem uma taxa e um regulamento sobre estas matérias. Refere que até ao momento não estava feito, mas como se trata de uma obrigação legal, estes têm de ser feitos. Após a questão legal, explicou como procederam para chegar a estas taxas, a este regulamento e a estes preços. Esclarece que foi feito através de uma comparação com a realidade do Concelho, com a realidade dos municípios vizinhos e chegaram ao regulamento apresentado. Informou que mantiveram a preocupação em relação aos preços a estabelecer, de realizar discriminações positivas para os grupos de maior dificuldade económica e financeira, tal como existe noutros regulamentos de outras Câmaras vizinhas, nomeadamente para as pessoas que recebam apenas um ordenado mínimo há uma tabela; para as pessoas que recebam uma reforma e que tenham também dificuldades financeiras, também têm uma discriminação positiva; também as famílias numerosas têm uma discriminação positiva. Com este regulamento,



MUNICÍPIO DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

M. J. Santos
45

passam a pagar não apenas a água, mas também o saneamento e a recolha de lixo. De seguida explicou que as taxas de saneamento e de lixo estão indexadas ao preço da água e se um agregado gastar X metros cúbicos de água, gastará o equivalente em saneamento e lixo. Acrescenta que isto obedece às regras estabelecidas em termos de legislação europeia e nacional e também em termos do Instituto Regulador de Águas e Resíduos. Informou ainda, que optaram por esta estratégia, complementada com uma negociação com as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, no sentido de descer o preço da água em alta, porque a legislação diz que não poderia haver o défice que actualmente existe. Actualmente em relação aquilo que as ATMAD cobram, só 25% é que é cobrado aos Municípios e deveria ser cobrado 100%. Ou seja, o défice de 75% não deveria ser suportado pela Câmara Municipal, mas sim pelos Municípios, o que é considerado subsídio indevido. Por esse motivo, as Câmaras Municipais estão a envidar esforços para renegociar o preço em alta, que neste momento é o dobro para os Municípios do interior em relação ao mesmo serviço dos Municípios do Litoral, uma vez que no Litoral, tratam-se de territórios de grande densidade em pequenos espaços, enquanto que no interior existe menos densidade populacional em territórios mais extensos. Informou que fizeram uma proposta à Sr.^a Ministra do Ambiente e ao Sr. Primeiro - Ministro para que fizessem um pequeno aumento do preço da água em alta nos territórios no Litoral, para que numa perspectiva de solidariedade com o Interior, fosse possível ter um preço mais justo da água em alta e não fosse um sacrifício tão elevado para os Municípios das Regiões do Interior. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições tendo-se inscrito os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO MIGUEL CARTAGENO:** Solicitou que o Sr. Presidente da Câmara esclarecesse concretamente, qual foi o aumento da água em termos percentuais. Questionou se dos 100% da água fornecida pelas Águas de Portugal em alta, se só 25% é que são cobrados pela Câmara Municipal, quer dizer que estão 75% de águas perdidas ou mal aproveitadas. Depois de analisado o Regulamento tem a dizer que a EDP quando liga a electricidade a uma residência são os técnicos da mesma que a ligam, para não haver falsificações acerca da energia consumida; mas no



MUNICÍPIO DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

MP
46
[Handwritten signature]

presente Regulamento diz que é o empreiteiro ou o dono da obra que deve fazer a ligação à água, com a fiscalização da Câmara. Questionou que tipo de fiscalização, “depois da ligação estar tapada?” Afirma a necessidade em definir bem, em Regulamento, qual o momento em que a Câmara deverá exercer essa mesma fiscalização. Disse ainda, que na sua opinião, deveria ser a Câmara a fazer a ligação e não o empreiteiro ou dono da obra, para evitar falcatruas que existem e que todos têm conhecimento. Afirma que possui um estudo pessoal, onde conclui que há milhares de hectolitros de água derramados para o solo. Pergunta o que a Câmara vai fazer em relação a isso e onde está contemplado no Regulamento sobre as mediadas a tomar para redução da água derramada, pois essa água é paga pelos munícipes. Questionou também, relativamente aos contadores, que sofrem danos com os Invernos rigorosos, o que é feito pela Câmara, em matéria de fiscalização. Aconselhou uma fiscalização severa aos contadores, independentemente de serem medidas impopulares, mas isso tem de ser feito, sob pena de o preço da água continuar a subir. Questionou ainda se existe algum mecanismo no contador, que impeça que alguém possa injectar na rede produtos que podem ser nocivos para a saúde pública e se no caso dos contadores avariados, se esse mecanismo funciona em conformidade, pois tem conhecimento que é possível injectar água ou outro produto nas redes. Tendo em vista as suas preocupações, sugere que sejam introduzidas no Regulamento algumas alterações tendo em vista a salvaguarda destas questões. Afirma que o Regulamento é necessário, mas não votará favoravelmente, pois o Regulamento não salvaguarda alguns pormenores para evitar situações menos claras. Na sua opinião estas medidas seriam mais eficazes e permitiriam que o sector empresarial não fosse o mais penalizado, com um aumento de quase do dobro da factura da água, pois estes são os que criam postos de trabalho e rendimentos para as Câmaras através dos impostos. -----

-----**MEMBRO FILOMENA NOGUEIRA:** Iniciou a sua intervenção, afirmando que segundo o seu ponto de vista, treze anos sem alteração de preços, é grave e os aumentos deveriam ter sido graduais. Agora as pessoas queixam-se que a diferença é muito grande e como não conhecem as directivas da União Europeia, acham muito caro. Por esse motivo tem recebido muitas queixas na Junta de Freguesia que preside. Entende que o aumento deveria ser menos significativo e dever-se-



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

ia proceder à rectificação dos contadores, ou seja, ninguém deveria consumir água sem pagar. Apresentou a proposta de formalizar um Voto de Pesar pelo falecimento da esposa do Sr. Vice-Presidente da Câmara, assim como um minuto de silêncio. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Começa por citar o documento ao afirmar que a água é um recurso natural, mas escasso, concorda pois que este recurso deve ser bem gerido, logo deve existir uma boa fiscalização sobre os contadores. Também encontra no Regulamento, sobre os contadores, que os proprietários são os responsáveis sobre os mesmos. Por isso, em caso de incumprimento, os proprietários devem ser responsabilizados. Na sua opinião é aí que começa grande parte do problema referente à água. Julga também que os aumentos agora verificados pecam por tardio, pois se estes tivessem sido graduais os preços poderiam até estar ao nível da Câmara Municipal de Vila Real, que segundo julga, é a Câmara que mais cobra a nível Nacional. Considera também que é intolerável que a Câmara suporte 75% dos custos da água, o que torna o aumento inevitável e por tal razão a Bancada do PS votará favoravelmente. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Antes de dar a palavra ao Sr. Vice-presidente, pretende esclarecer algumas dúvidas relativamente à sua intervenção, mais concretamente no que se refere ao preço que a Água de Trás-os-Montes e Alto Douro cobra pela alta e aquele que a Câmara cobra aos munícipes, sem perdas nem roturas, o diferencial situa-se em 75%. Relembrou que quando a Câmara aderiu as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, aderiu no pressuposto de que as ATMAD ficariam com a alta e com a baixa, ficando a funcionar como outras empresas fornecedoras de serviços que antes também eram prestados pela Câmara. Isso permitiria que a situação injusta para as Autarquias que actualmente se verifica, não ocorresse, pois a diferença de preços entre o Litoral e o Interior cobrada pela alta é muito significativo. Acrescentou que a negociação que está a intentar com o Ministério do Ambiente é para que o preço da água da alta seja pelo menos igual ao cobrado no Porto, o que iria permitir, que ao invés do défice ser de 75%, seria somente de 25%, e, tal como se verifica na Câmara do Porto, pudessem também ganhar dinheiro com a água. Se a isto se



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

acrescentar as perdas e os roubos, o preço da água fica ainda mais caro e não pode haver Câmara que aguento tal situação. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** Dá a palavra ao Sr. Vice – Presidente a fim de prestar esclarecimentos solicitados: -----

-----**VICE – PRESIDENTE DA CÂMARA:** Começou por responder a uma intervenção do Sr. Presidente de Junta do Amieiro, colocada no Período Antes da Ordem do Dia, informando que nunca esteve projectada para o Amieiro, uma mini-etar, mas sim uma fossa em boas condições de funcionamento. Esta já se encontra finalizada e a funcionar. No que concerne ao Ponto em discussão, reafirmou o que já foi dito durante a reunião, que efectivamente se passaram treze anos sem aumentos. Reconheceu que ao longo desse período talvez não se justificasse esse aumento, porque era a própria Câmara que recolhia a água das nascentes, explorava as redes com os próprios funcionários e a distribuía ao consumidor. A partir do momento em que as Águas de Portugal aumentaram os custos da água, e esse aumento tem-se verificado todos os anos, a Câmara Municipal encontrou-se numa situação em que recebia 25% e pagava 100%. Indica ainda que tal como todos sabem, é impossível garantir redes sem qualquer tipo de fugas. No Concelho ainda existem redes em ferro, sem sequer ser galvanizado, totalmente podre e seria ideal levantar essas redes todas e fazê-las de novo para evitar os derrames de água. Porém, reconheceu que não há dinheiro suficiente para realizar esse investimento. Informou que os Sr. Fiscais são os fiscalizadores dos ramais de fornecimento de água às populações. Quando encontram um computador avariado, comunicam à Câmara e esta procede à sua substituição. Em relação às ligações novas, o que se verifica na generalidade das Câmaras do país e neste regulamento também, é que as ligações podem ser feitas pelos requerentes com a fiscalização da câmara. A fiscalização é feita sempre sem os tubos fechados e quem liga à rede principal, são os funcionários da Câmara e nesse momento a vala tem de estar aberta. Também referiu que pela primeira vez, o Regulamento faz referência às fiscalizações dentro de casa, para ver se aguenta com as pressões previstas na lei e mesmos essa fiscalização, tem de ser feita antes dos tubos estarem tapados. Caso não o façam, correm o risco de abrir tudo para ver se está, ou não, em ordem. Informou também que a Câmara fez uma encomenda



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

49

de dez mil selos, para selar todos os contadores, se aparecer algum com o selo violado, o Regulamento prevê sanções para isso. Reafirmou que é impossível reduzir a zero as fugas de água, mas que podem e devem ser melhoradas. Finalmente informou ainda, que as discriminações positivas feitas no valor das taxas tiveram a ajuda dos vereadores do PSD. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** coloca a votação o *Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos "Pedido de Aprovação do Regulamento de Abastecimento de Água ao Concelho de Alijó"*, sendo aprovado por maioria com 24 votos a favor e 09 votos contra dos seguintes Membros: Pedro Pimentel, Filipe Macedo, Marta Gonçalves, Miguel Cartageno, Marco Rodrigues, M.^a Arminda Ferreira, Manuel Vilela, João Vilela e Rogério Lima. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Introduce o *Ponto Seis da Ordem de Trabalhos "Pedido de Aprovação da Alteração/Actualização do Mapa de Pessoal"*. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Indica que após discussão de todos os Pontos da Assembleia farão o Voto de Pesar e o respectivo minuto de silêncio como é tradição na Assembleia Municipal. No que diz respeito ao pedido de aprovação da Alteração/Actualização do Mapa de Pessoal, prestou o esclarecimento que essa actualização foi imposta pela lei. O documento apresentado não reflecte nenhuma alteração de fundo, apenas reflecte uma adaptação imposta pela lei, devido à passagem do SIADAP I para o SIADAP II e também com a adequação à nova estrutura orgânica de acordo com algumas alterações legislativas do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal. Confirmou que não estão criados novos lugares, mas sim uma nova adaptação funcional, bem como a passagem de alguns funcionários, na sequência de alguns concursos que entretanto foram decorrendo da situação de pessoal contratado a tempo a prazo para pessoal do quadro, sendo esta a única situação nova. Acrescenta que pretendem novos lugares, mas mudar a figura jurídica, deixando de ser um contrato a prazo, para passar a ser um contrato a tempo indeterminado. Reafirmou ainda que não podiam fazer alterações de fundo em quinze dias, pois foi esse o tempo que tiveram para aprovar o Plano de Actividades e Orçamento, sendo assim necessário adaptar a lei



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

[Handwritten signature]
50

ao curto de espaço de tempo que foi dado. Basicamente, este documento serve para que o Mapa de Pessoal esteja de acordo com a Estrutura Orgânica da Câmara Municipal.-----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições tendo-se inscrito os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO FILIPE MACEDO:** Antes de manifestar a intenção de voto da Bancada do PSD, referiu o apreço que a Bancada e os munícipes têm pelos funcionários da Câmara Municipal, contudo, acham que ficou por realizar uma reforma séria na nova Estrutura Orgânica. Deste modo e em coerência com o que a Bancada tem defendido, o voto da Bancada do PSD será de abstenção.---

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Reconheceu que se tratou de um reajustamento, que acabou inclusive com as divisões, passando-as a núcleos flexíveis, por imperativo da lei era necessário realizar este reajuste. Visto que não há acréscimo económico, pois também não aumenta o número de funcionários, a Bancada do PS votará favoravelmente. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Coloca a votação o *Ponto Seis da Ordem de Trabalhos "Pedido de Aprovação da Alteração/Actualização do Mapa de Pessoal"*, sendo aprovado por maioria com 25 votos a favor e 08 abstenções dos seguintes Membros: Pedro Pimentel, Filipe Macedo, Marta Gonçalves, Miguel Cartagena, M.^a Arminda Ferreira, Manuel Vilela, João Vilela e Rogério Lima. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra aos porta-vozes das Bancadas para se pronunciarem sobre o Voto de Pesar: -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Começou por agradecer à Sr.^a Secretária da Mesa por se lembrar da situação em questão, embora as duas Bancadas já tivessem combinado realizar essa homenagem no fim dos trabalhos da Reunião de Assembleia. Deste modo, a Bancada do PS demonstra a solidariedade profunda nesta altura de luto, ao Sr. Vice-Presidente e seus familiares pelo falecimento da sua esposa, D.^a Maria Manuela dos Reis Figueira. Também propôs um minuto de silêncio em memória da falecida. -----

-----**MEMBRO PEDRO PIMENTEL:** Reafirmou que era intenção quer da Bancada do PSD, quer do CDS-PP, associarem-se ao Voto de Pesar e de solidariedade à família e ao Sr. Vice-



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

51

Presidente Manuel Adérito Figueira, neste momento complicado devido à perda de um ente querido. Deste modo associaram-se a este Voto de Pesar e de solidariedade e pediu também um minuto de silêncio em memória da esposa do Prof. Manuel Adérito Figueira. -----

-----**O PRESIDENTE DA MESA** solicita que façam um minuto de silêncio em memória da D.^a Maria Manuela dos Reis Figueira, convidando todos os Membros a associarem-se a esta homenagem. -----

-----**O PRESIDENTE DA MESA** dá por terminados os trabalhos. -----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Membros da Mesa. -----

A mesa:

~~Manuel Figueira~~
~~Manuel Figueira~~
Maria Filomena R. Santo Regalado